

IDEOLOGIA do DESENVOLVIMENTO de COMUNIDADE no BRASIL



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ammann, Safira Bezerra

Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil / Safira Bezerra
Ammann. – 12. ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

ISBN 978-85-249-2136-0

1. Comunidades – Desenvolvimento – Brasil 2. Participação social - Brasil
I. Título.

13-10566

CDD-307.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Comunidades : Desenvolvimento : Sociologia 307.0981
2. Brasil : Participação social : Comunidade : Sociologia 307.0981

SAFIRA BEZERRA AMMANN

IDEOLOGIA do
DESENVOLVIMENTO
de COMUNIDADE
no BRASIL

12^a edição

1^a reimpressão



IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL

Safira Bezerra Ammann

Capa: de Sign Arte Visual

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 1980 by Safira Bezerra Ammann

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – junho de 2018

“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e muito menos ‘sente’. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa ‘saber’ sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado.”

(GRAMSCI, *Concepção dialética*, p. 138-9)

*A Paul,
que me completa com amor,
grandeza e serenidade,
e a nossas filhas Jussara e Pauline,
que nos desafiam constantemente
a crescer em todas as dimensões.*

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Apresentação da 12ª edição.....	13
Apresentação da 10ª edição.....	17
Prefácio	
<i>Florestan Fernandes</i>	21
Introdução	29

CAPÍTULO I

Concebe-se o Desenvolvimento de Comunidade
com base em supostos acríticos e aclassistas (1950-59)

1.1 Gênese do Desenvolvimento de Comunidade	45
1.2 Surgem os primeiros intelectuais brasileiros da disciplina	54
1.3 Desenvolvimento de Comunidade no meio rural	67

CAPÍTULO II

Propõe-se a participação popular nas reformas de estrutura (1960 – março/1964)

2.1 O Desenvolvimento de Comunidade na política nacional populista.....	79
2.2 Reformas de estrutura preocupam intelectuais.....	93
2.3 Tentativas de unidade orgânica entre intelectuais e classes trabalhadoras.....	111
2.3.1 Experiências ortodoxas de desenvolvimento de comunidade	112
2.3.2 Ensaio de um desenvolvimento de comunidade heterodoxo.....	118

CAPÍTULO III

Participação enquanto recurso para legitimar a sociedade política (1964-77)

3.1 Política social e Desenvolvimento de Comunidade no período.....	131
3.2 Intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade absorvem ideologia da integração.....	157
3.3 Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de despolitização no Nordeste	179

CAPÍTULO IV

O Desenvolvimento de Comunidade na transição democrática (1978-89)

4.1 A organização da sociedade civil.....	201
4.2 Lutas populares redirecionam produções intelectuais	213
4.3 Do Desenvolvimento de Comunidade aos movimentos populares.....	223
4.3.1 Mobilização comunitária por prefeituras de oposição.....	223
4.3.2 Inserção em movimentos populares	229
Conclusões	239
Referências bibliográficas	251
Bibliografia acrescentada à 7ª edição.....	263

APRESENTAÇÃO DA 12ª EDIÇÃO

Análises confiáveis demonstram que, mais de meio século após sua institucionalização, o Desenvolvimento de Comunidade (DC) continua a revelar-se uma técnica de caráter ideológico, conservador e a serviço dos interesses dominantes.

O livro que o leitor acolhe entre suas mãos procura realizar uma análise crítica dessa técnica, seja do ponto de vista conceitual, seja quanto à sua aplicação em terras brasileiras. No que diz respeito à sua ideologia, fomos descobrindo que ela expressa a verdadeira intenção da ONU de obter o respaldo da população local aos programas oficiais do Governo ou, no dizer de Gramsci, o apoio da sociedade civil à sociedade política.

As experiências brasileiras do DC oficial sofreram uma retração desde o final do século XX. As Superintendências de Desenvolvimento (Sudam, Sudene, Sudeco e Sudesul), criadas durante a década de 1960 e responsáveis por programas específicos de DC nas diversas regiões do país, foram significativamente reduzidas durante os últimos anos do século XX. A Sudene chegou a ser totalmente extinta, sendo somente recriada pela presidência da República em 2007, e jamais atingiu a plenitude de ação de sua fase inicial no campo do DC. Na área de desenvolvimento regional, em maio de 2013, aprova um plano de grande envergadura, qual seja, a instalação de nove parques eólicos nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

A Sudam dedica-se atualmente com êxito ao programa de desenvolvimento da Região Amazônica “Água para todos”, do qual participam 750 mil pessoas.

Para a Sudeco o DC jamais adquiriu *status* de grande envergadura. A Sudesul não teve vida longa e, no presente, representantes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul debatem a possibilidade de sua recriação.

Não nos compete neste espaço realizar um balanço das superintendências regionais. Sem embargo, com base na breve aproximação de seus programas, pudemos concluir que a partir das primeiras décadas do século XXI o Desenvolvimento de Comunidade não é prioridade oficial, nem *de facto*, dessas superintendências.

O Capítulo IV deste livro demarca a prioridade conferida aos movimentos populares a partir da década de 1970, e a Apresentação à 10ª edição trata brevemente do assunto até o ano 2003, sinalizando o surgimento dos Movimentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto, os quais passaram a ser vozes de protesto e de reivindicação a incomodar a Sociedade Política desde então.

Nesta apresentação compete-nos registrar a mobilização das diversas etnias indígenas proprietárias das terras invadidas pela barragem Belo Monte, no estado do Pará. Em 2012 elas se revoltaram, organizaram-se inicialmente em âmbito local, depois acamparam em Brasília, bradaram e exigiram seus direitos de propriedade, direitos estes que sempre possuíram sobre aquelas terras, aqueles rios e aquelas matas brasileiras.

Após muitos anos de letargia de movimentos sociais que sacudissem o país de Norte a Sul, precisamente em junho de 2013, milhares de moradores das periferias urbanas das metrópoles brasileiras invadiram seus centros. No primeiro dia, a presença predominante era de jovens. Pouco a pouco, a multidão foi adquirindo feições multifacetadas: protestando e reivindicando com os jovens encontravam-se adultos, crianças, idosos, todas as idades. Se a iniciativa havia sido das periferias, pouco depois os bairros centrais foram aderindo. Ao cabo de poucos dias todas as classes sociais pareciam estar revoltadas.

O aumento das tarifas de ônibus públicos surgiu como primeira motivação para os protestos, pois esta fora uma medida tomada em quase todas as grandes cidades do país. Iniciadas em São Paulo e Rio de Janeiro, as manifestações se irradiaram para todas as capitais, mobilizando no início milhares e, ao final de duas semanas, milhões de pessoas.

A partir da reivindicação do preço e da qualidade dos transportes públicos, as reivindicações populares ampliaram-se para questões mais abrangentes e cruciais, como melhoria da educação, da saúde e a revolta contra a corrupção dos poderes públicos. Esta última inflamou a população e cresceu como um dos mais vibrantes protestos, com a exigência da prisão dos políticos que, em vez de defender o bem-estar coletivo, buscam acima de tudo seu enriquecimento pessoal.

Inegáveis, embora pontuais, foram os resultados dessas demandas. Citemos apenas três dentre eles: 1) foram cancelados os aumentos das tarifas de ônibus; 2) projetos de lei que se arrastavam há meses nas duas casas do Legislativo mereceram enfim a atenção dos Parlamentares. Foi o caso da votação e rejeição do Projeto de Emenda Constitucional n. 37, que propunha limitar os poderes de investigação do Ministério Público; 3) no âmbito das categorias profissionais, as vibrantes revoltas públicas dos médicos conseguiram derrubar o projeto do governo federal que visava acrescentar dois anos à sua formação acadêmica, passando de 6 para 8 anos o curso de Medicina.

Enfim, saímos da letargia. A população brasileira encontra-se atualmente mais atenta e começa a fiscalizar o uso do dinheiro público pelos donos do poder, tomando como exemplo a utilização do uso particular dos jatinhos da Força Aérea. Continuam e se fortalecem as manifestações populares em várias cidades, exigindo a cassação de governadores e prefeitos por motivos de corrupção.

Vale, contudo ressaltar que a pobreza constitui-se ainda uma realidade no Brasil, como salientamos em nossas pesquisas recentes, através das quais constatamos, dentre outros que: Cinco milhões de

famílias ainda não consomem a quantidade suficiente de alimentos; que nossos hospitais e escolas encontram-se sucateados e sem pessoal preparado; que o salário mínimo oficial atual é quatro a dez vezes inferior àquele preceituado pela Constituição Federal de 1988, o que representa uma dívida cumulada de 10 trilhões de reais aos trabalhadores deste país (AMMANN, Safira Bezerra. *Expressões da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 89-92).

Declaramos estar conscientes de que as atuais conquistas não podem ser consideradas relevantes na medida dos grandes projetos históricos das classes dominadas. No quadro da presente reflexão, continuamos a rejeitar os objetivos conservadores do Desenvolvimento de Comunidade e reiteramos nossa opção pelos movimentos sociais que, apesar de seus limites, deixam-nos abertas as possibilidades de futuras mudanças estruturais na Sociedade e de compromissos reais com as classes trabalhadoras brasileiras.

Natal, 25 de setembro de 2013

Safira Bezerra Ammann

APRESENTAÇÃO DA 10ª EDIÇÃO

Este livro apresenta um balanço histórico dos paradigmas que orientaram a política social brasileira durante a segunda metade do século XX, em cujo âmbito é destacado o Desenvolvimento de Comunidade, método instituído pela ONU como um dos veículos da Guerra Fria. Além dos períodos analisados, que cobrem os anos de 1950 a 1989, acrescentamos ao final desta apresentação algumas considerações sobre as tendências registradas no decorrer dos anos 1990. Vejamos como as condições históricas concretas foram influenciando o posicionamento das políticas oficiais e dos intelectuais da área social.

No Brasil, o embrião do Desenvolvimento de Comunidade é gestado ainda na década de 1940, quando a Inter-American International Educacional Foundation, Inc. USA firma acordos com os Ministérios de Agricultura e de Educação, com o fim de formar especialistas para a implantação de programas comunitários nas áreas rurais e urbanas.

Durante os anos 1950 adotam-se os modelos americanos pautados em supostos de harmonia e equilíbrio, que objetivam solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social”. O Desenvolvimento de Comunidade afirma-se como instrumento capaz de favorecer o consentimento espontâneo e a adesão das classes subordinadas às Políticas Sociais definidas pelo Estado.

O final da década de 1950 e o início dos anos 1960 são marcados no Brasil pelo movimento de construção da consciência nacional-popular e pelo engajamento da sociedade civil em ações que potencializassem as reformas estruturais. Os processos de conscientização e politização mobilizam os mais diversificados setores, entre eles, grupos de intelectuais que colocam sua prática a serviço dos interesses das classes subalternas, buscando estabelecer com elas um vínculo orgânico, na luta contra a dominação de classe. O MEB (Movimento de Educação de Base) e o Sindicalismo Rural são destacados no texto como exemplos de tal posicionamento.

A cisão do Bloco Histórico em nível superestrutural institucionalizada pelo regime militar em 1964 determina a desmobilização, paralisação ou mudança radical no rumo dos movimentos emergentes no período anterior. Desponta para o Estado autoritário a necessidade de encontrar substitutivos capazes de angariar a simpatia da sociedade civil, de quem fora subtraído qualquer direito de expressão e organização. Sob o signo da integração social, adquirem prioridade o BNH, o Mobral, o Crutac, os CSUs, o Projeto Rondon e o próprio Desenvolvimento de Comunidade que, gerando a ilusão de poderem solucionar os problemas das classes subalternas, são utilizados como condutos de veiculação e sanção dos interesses que regem o Estado autoritário.

A transição democrática delineada a partir do final dos anos 1970 registra duas principais vertentes. A primeira aponta para a continuidade do ideário da integração social, difundido pelos programas citados e pelo Desenvolvimento de Comunidade vinculado ao Ministério do Interior. A outra corrente opera fora dos marcos do conceito de “comunidade” e toma como referencial a categoria “povo”, que reúne heterogêneas frações das classes dominadas, no contexto das relações de produção. É o caso do engajamento de intelectuais em Movimentos Populares de Bairro, que a partir de problemas básicos do cotidiano em áreas delimitadas, conduzem à conquista de direitos e espaços mais amplos pelas (e para as) classes trabalhadoras.

Das cinzas do *Welfare State* — cujo desmonte se consuma no final dos anos 1980 — brota a proposta neoliberal de Estado Mínimo, que

mobiliza o setor privado para com ele dividir a responsabilidade e os custos de enfrentamento dos problemas sociais gerados pelo capitalismo globalizado. É nesse contexto que se dá nos anos 1990 a organização do Terceiro Setor (privado/público) em cujo quadro surgem e adquirem vigor as organizações não governamentais (ONGs), que passam a desenvolver programas de melhoria da qualidade de vida (educação, saúde, habitação, cultura, lazer, formação profissional etc.), principalmente em regiões carentes.

Embora realizando atividades similares às do Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo (de caráter público) diversamente deste, as ONGs inserem-se no âmbito da sociedade civil, mesmo que subvencionadas pelo Estado. A década de 1990 é simultaneamente marcada pelo debate e vasta mobilização em torno da cidadania, assistindo-se a mudanças no perfil dos movimentos sociais: retraem-se os movimentos populares de bairro e ganham força organizações mais amplas, dentre as quais se destacam as dos Sem-Terra e dos Sem-Teto.

Da análise contida no texto pode-se depreender que as Políticas Sociais, e em seu bojo o Desenvolvimento de Comunidade, são moldadas pelos ditames de condições sociais concretas e influenciadas — quando não dirigidas — pelos interesses dominantes embutidos no Estado. Conscientes de tal realidade, trabalhadores sociais tentaram e vêm tentando participar de projetos comprometidos, desde suas nascentes, com os interesses e demandas das classes trabalhadoras, tendo em vista a conquista de sua hegemonia no interior do bloco histórico brasileiro.

Safira Bezerra Ammann

PREFÁCIO

Respeito muito o trabalho alheio. E gosto de colaborar com os que travam o verdadeiro combate intelectual. No entanto, não sei em que sentido poderia agregar uma contribuição positiva a este livro. O convite de Safira Bezerra Ammann espantou-me. No passado, quando ainda acreditava que as Ciências Sociais poderiam desempenhar funções sociais construtivas na criação de uma sociedade democrática no Brasil, dediquei-me ao ensino da Sociologia Aplicada (curso que introduzi em 1956 e repeti em 1957, 1958 e 1959 na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP). O ensaio *A Sociologia Aplicada: seu campo, objeto e principais problemas* sumaria o que pretendia com o curso (ver *Ensaio de Sociologia Geral Aplicada*, Capítulo 3). Nesses idos, defendia uma cooperação ativa entre os sociólogos e os assistentes sociais ou técnicos de Serviço Social e pensava que a expansão da sociedade de classes poderia ocorrer de modo a permitir um controle progressivo de certos conhecimentos básicos pelas classes trabalhadoras. Ora, essa convicção mostrou-se incorreta. A sociedade de classes *fechou-se* para qualquer controle dos recursos institucionais-chaves por aquelas classes. De um lado, por causa da pressão conservadora das classes dominantes, o que todos reconhecem e proclamam (e este livro comprova). De outro, porque os intelectuais de classe média e abertos às “reformas de base” monopolizaram os papéis que lograram absorver, como *intermediários nas estruturas do*

poder, e mostraram-se satisfeitos com a situação resultante. Difundiram uma retórica “reformista”, “nacionalista” e “desenvolvimentista”, e ficaram nisso, desfrutando uma posição muito cômoda de arautos de uma revolução democrática a que não serviam nem servem, mas da qual retiravam e retiram proveitos políticos e valorização profissional.

Ao aceitar o convite para escrever este Prefácio fi-lo movido por esta reflexão amarga. Não percorri a trajetória de Safira Bezerra Ammann e tampouco escreveria os três últimos parágrafos com que ela encerra a sua busca de um novo caminho. Como, depois de “tantos erros cometidos” e de uma análise tão séria do que é (ou do que se tornou) o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, acreditar que é possível modificar o *posicionamento* dessa técnica social? Como conciliar o estudo e o aproveitamento de Gramsci com tal esperança? Mesmo que a pressão radical de baixo para cima cresça e promova uma correção na operação das instituições-chaves do Estado capitalista, os estratos dominantes das classes possuidoras nunca permitirão que a revolução democrática atinja uma tal magnitude que as classes trabalhadoras possam usar seu espaço político dentro da sociedade civil para converter a participação popular em um fator histórico de eliminação das causas e efeitos dos antagonismos de classe. Acreditar nisso seria o mesmo que ressuscitar o socialismo utópico ou que admitir que a reforma pode ir tão longe, dentro da ordem, que a transição para a igualdade social poderia brotar automaticamente das estruturas econômicas, sociais e políticas do capitalismo monopolista.

Quando uma especialista como a autora levanta esse debate — depois de uma corajosa incursão, que a levou ao desmascaramento das várias correntes do Desenvolvimento de Comunidade — ele não pode ser ignorado. Por maior que seja o nosso apego a posições ortodoxas ou “dogmáticas”, como se costuma dizer, nunca devemos permitir que o extremismo político nos cegue. Seria um mal muito grande recusar a validade e significação construtiva a uma técnica social que foi deturpada pelo uso maciçamente conservantista e mesmo contrarrevolucionário: coloca-se, em contraposição, a necessidade de indagar-se se, em outras condições, a mesma técnica social não

teria sido útil às classes trabalhadoras e à irrupção da revolução democrática. Os “intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade” não foram só intelectuais orgânicos da burguesia nacional e do imperialismo. Mais que isso, foram plenamente domesticados para preencher papéis sociais que só servem aos interesses das classes dominantes, à estabilidade da ordem e à racionalidade do capitalismo periférico, malgrado as exceções pessoais, ou mesmo de grupos inteiros que porfiaram em entrosar o Serviço Social aos interesses e aos valores sociais das classes trabalhadoras. Essa domesticação institucionalizou-se, aos níveis da ação governamental e da iniciativa privada, e o trabalho de Safira Bezerra Ammann sugere, de maneira vigorosa, que devemos tomar posição contra isso. Como proceder nessa tomada de posição?

Bastaria, aí, aproveitar Gramsci e fazer a crítica dessa domesticação? Tomo a liberdade de dizer que não! O que se está fazendo com as ideias de Gramsci exige de nós todos um repúdio frontal: as universidades norte-americanas e europeias tentam convertê-lo em um representante amorfo do “socialismo democrático”. Ele foi, ao contrário, um pensador marxista muito fecundo e deu ao movimento político marxista uma impulsão renovadora. Ou seja, ele é, de fato, uma figura proeminente do pensamento socialista revolucionário e não há sentido em trazê-lo à baila com o intuito de carregar água para o moinho de um falso movimento de *grass roots* entre os proletários do chamado “Terceiro Mundo”. É preciso não esquecer: Gramsci ligou-se intimamente aos comitês de fábrica ou comitês operários, em Turim, e converteu-se em um dos líderes de estatura internacional do Partido Comunista Italiano. As duas referências nos interessam diretamente. O Desenvolvimento de Comunidade também pode ser explorado, como técnica social, a partir de baixo e a rede institucional não precisa ser confinada às organizações nacionais ou internacionais da burguesia. Portanto, a questão óbvia consiste no seguinte: *a quem querem servir os “intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade”?* Se querem deixar de ser “intelectuais orgânicos da burguesia” e querem tornar-se “intelectuais orgânicos do proletariado” não há meio termo.

Devem procurar “liames orgânicos” com as classes trabalhadoras. Não há outra alternativa de independência ou de autonomia intelectuais. Aí, a ligação é *política*. A “reforma do capitalismo” só será funcional para as classes possuidoras e as potências (ou a superpotência) imperialistas. Quem quiser ir além, operando através de Gramsci ou não, terá de aceitar a ruptura institucional com a ordem burguesa.

Este livro demonstra que o regime implantado em 1964 tornou essa evolução ao mesmo tempo mais fácil e necessária. Tudo o que se fez *antes*, com o Desenvolvimento de Comunidade, foi feito depois disso com extrema racionalidade capitalista (nacional e internacional). O Desenvolvimento de Comunidade foi passado a limpo e colocado em prática em termos de uma luta de vida ou de morte pela sobrevivência do próprio capitalismo. Essa sobrevivência é muito tortuosa e ainda mais injusta na periferia. Isso, contudo, não importa. O que o “intelectual do Desenvolvimento de Comunidade” pretende? Ser um artífice da reação ou um campeão da *ordem nova*, como diria Gramsci? Além disso, uma revolução democrática alimentada pelas pressões radicais das classes trabalhadoras exige um “intelectual de Desenvolvimento de Comunidade” identificado com a maioria (e não com a reprodução dos privilégios ou com a ditadura explícita ou disfarçada da maioria). Ser “intelectual orgânico das classes trabalhadoras” é uma opção política. Mas, não se pode fazer essa opção e ficar em uma “*prática teórica*” crítica ou rebelde que se compõe com a reprodução da ordem burguesa e com o Estado capitalista.

Bem sei que uma tomada de posição deste tipo é tida como “política”, “dogmática” e “extremista”. Se os “intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade” se conformam com a domesticação pela ordem, então tudo está bem. São tidos como “científicos”, “democráticos” e “ponderados”. Por essa razão a batalha pela ciência, nessa área, é tão árdua. No entanto, o conformismo também é extremista; só que ele tem o inconveniente de aprisionar o Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social aos interesses mais egoísticos e estreitos de pequenos grupos. O que se entende como “neutralidade ética”

só seria possível (e produtivo) se existissem igualdade social, liberdade e solidariedade. Onde os pequenos grupos monopolizam a riqueza e o poder, a *neutralidade* constitui um comércio com os poderosos e converte-se em uma fraseologia hipócrita. Uma das grandes virtudes deste livro está na massa de evidências que ele traz a respeito. O Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social foram moldados por conveniências e pelo poder dos pequenos grupos, nacionais ou externos. Os especialistas não puderam impor a autonomia das técnicas sociais com que operavam e, tampouco, puderem colocá-las a serviço dos interesses locais ou regionais da nação. Nesse sentido, o livro traz uma mensagem congruente que merece ser entendida nos termos em que é formulada, como uma proclamação em defesa da participação social, enquanto processo realmente igualitário e democrático.

Mais que isso, este livro traz consigo um complexo balanço global, que apanha quase quatro décadas. De ponta a ponta, o que caracteriza a evolução do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, sob o impulso dos Estados Unidos, das Nações Unidas, da Igreja Católica ou dos particularismos das classes dominantes. Tal balanço aparece em um momento histórico oportuno. No último quartel do século XX, sob a pressão da vanguarda do proletariado, do movimento sindical e da insatisfação popular, estamos de novo em face das exigências históricas da instauração de uma ordem social democrática. É provável, pois, que o Desenvolvimento da Comunidade encontre uma vinculação para *baixo*, que ele se prenda, no futuro próximo, às classes trabalhadoras, aos setores mais pobres da população e à revolução democrática. A importância do balanço está no desmascaramento do passado — a devastação de recursos materiais e humanos sem proveito nenhum para a nação como um todo e na clarificação dos novos caminhos a seguir — a vinculação do Desenvolvimento de Comunidade às funções que ele pode e deve desempenhar como uma técnica social de aplicação racional do poder popular. A autora não foge às duas pontas do dilema que assim se equaciona e que torna essa área tão privilegiada no encadeamento de teoria e prática, de

pesquisa, com explicação e transformação do mundo. Ninguém poderia presumir que o Desenvolvimento de Comunidade possa converter-se em sucedâneo ou em equivalente das formas institucionais de organização das forças vivas das classes trabalhadoras e das massas populares. Ele não pode substituir o partido operário ou o sindicato operário, por exemplo. Todavia, existindo aquelas formas de organização do poder real dos trabalhadores e do povo, o Desenvolvimento de Comunidade pode ser, efetivamente, posto a serviço da solução dos grandes problemas da maioria e do despertar dos oprimidos, da emergência e consolidação de controles sociais democráticos e da apreçoada transformação da “qualidade da vida”. Tudo isso está fora de discussão.

O que não se resolve automaticamente é o problema da opção política. De que lado irão colocar-se os “intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade”? Aproveitarão o impulso das pressões populares e das classes trabalhadoras ou continuarão presos pelo cordão umbilical à burguesia? A retórica dita democrática tem sido uma fonte de falsificação do posicionamento prático desses intelectuais. Se eles entenderem que constitui um dever salvar o capitalismo, que a “opção pela democracia” vem a ser uma batalha em defesa da democracia burguesa, então permanecerão atrelados à ideologia das classes possuidoras; se eles avançarem até um ponto no qual fique claro que a democracia, hoje, está em conflito com a instituição da propriedade privada, a forma de produção capitalista e todas as modalidades de Estado representativo, eles estarão lutando pela construção do socialismo e ligando o seu trabalho intelectual à edificação de uma nova civilização. São escolhas alternativas e a tendência, ainda, é condicionada ideologicamente pelas classes dominantes e sua capacidade de opressão. Como os cientistas sociais, em geral, os “intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade” estão contidos por uma teia de determinações que os emascula e reduz o seu grau de liberdade crítica. Ao produzir este livro, Safira Bezerra Ammann acumulou conhecimentos fundamentais para que esses intelectuais realizem a revolução moral e política que a sociedade brasileira e a

época estão exigindo deles. Ninguém poderá alegar, de agora em diante, que não sabe exatamente *a quem está servindo e por quê*. Embora não tenha se dedicado à crítica dos serviços de Desenvolvimento de Comunidade a partir de sua lógica intrínseca, ela apanhou com perseverança notável todas as mistificações que serviram ou servem para ocultar desses intelectuais as consequências de suas atividades práticas e de sua vinculação orgânica com a ordem burguesa. O que quer dizer que o livro abre uma perspectiva nova; o que deve ou pode ser feito quando esse desenvolvimento se libera da tutela da minoria ou do atrelamento ao governo para encadear-se, exprimir e fortalecer a consciência das massas.

Florestan Fernandes

INTRODUÇÃO

A relevância conferida nas últimas décadas pelas Ciências Políticas e Sociais ao problema da participação social estimulou-nos a empreender uma incursão de caráter teórico-conceitual que se corporificou em nossa tese de mestrado em Sociologia, junto à Universidade de Brasília.

Em simultaneidade à reflexão teórica, realizamos naquela ocasião uma pesquisa empírica, no sentido de detectar as formas e os graus de participação no Distrito Federal, admitindo que uma participação, para se pretender “social”, deve supor um “processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomem parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”.¹ Examinamos, outrossim, se as formas de participação postuladas e postas em prática pelo Desenvolvimento de Comunidade constituem-se em vias de acesso das classes populares aos processos dinâmicos que constroem e/ou modificam a sociedade brasileira.

Os dados ali coligidos, demonstraram que o Desenvolvimento de Comunidade não viabilizou tal acesso, deixando intactas as estruturas básicas que determinam a distribuição e o consumo dos bens no Distrito Federal.

1. AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

Tal constatação deu emergência a questionamentos de dimensões mais amplas, que motivaram a continuidade de nossa pesquisa, a qual pretende, no atual passo, verificar se a participação postulada e operacionalizada no Distrito Federal reflete uma orientação do Desenvolvimento de Comunidade em âmbito nacional.

A postura dialética por nós desejada recusa-nos qualquer ambição teleológica no que tange às inferências aqui ensaiadas. Nossa aspiração não é outra senão desdobrar e fazer avançar a investigação do tema, partilhar com os colegas nossa inquietação e ao final entregar-lhes um punhado de novas indagações e hipóteses que servirão talvez de marco para incursões posteriores.

Dentre as inúmeras questões que em nós se levantam, trataremos de ater-nos primordialmente aos seguintes aspectos:

- a) por que o Desenvolvimento de Comunidade e a participação passaram a assumir tanta importância nas políticas de desenvolvimento nacional? Que condições histórico-estruturais e conjunturais determinaram essa relevância e quais as intenções veladas ou manifestas no estímulo à participação?
- b) se o Desenvolvimento de Comunidade proclama a participação popular como ingrediente necessário ao desenvolvimento global² o que, a rigor, significa nessa disciplina a participação? Como é ela conceituada ao nível do discurso e operacionalizada no âmbito das práticas do Desenvolvimento de Comunidade brasileiro?

2. Cf., por exemplo, os documentos relativos à XVII International Conference on Social Welfare. Development and participation-operational implications for social welfare e às reuniões do Grupo de Trabalho Regional Interamericano sobre Desenvolvimento de Comunidade dos Países do Cone Sul. Chega-se a afirmar que “nas sociedades onde uma alta percentagem de população carece de oportunidade de participação social, a aplicação do Desenvolvimento de Comunidade é o caminho mais curto e racional de superar a marginalização socioeconômica, cultural e política e conseguir atributos mais justos e nova ordem social”. Sustenta-se ainda que “o Desenvolvimento de Comunidade é um desses processos *sine qua non* que conduzem ao desenvolvimento global”.

BRASIL. Ministério do Interior. *Sudesul. Síntese dos trabalhos apresentados nas reuniões do Grupo de Trabalho Regional Interamericano sobre Desenvolvimento de Comunidade dos Países do Cone Sul: 1965-69*. Porto Alegre: Sudesul/OEA, 1969. 5. Parte, v. 3, p. 44.

- c) as propostas de participação colocadas pelos intelectuais da disciplina se constituem em instrumento ideológico de reprodução da estrutura de classe³ ou, ao contrário, refletem uma nova concepção de mundo com vistas à liberação das classes trabalhadoras?
- d) é possível estabelecer alguma relação entre as políticas traçadas e implementadas pelo Desenvolvimento de Comunidade e a exploração da força de trabalho? Quais e em que direção?

A análise de tais questões no contexto do Desenvolvimento de Comunidade brasileiro demanda uma base de sustentação teórica e um referencial metodológico sistematizador que propiciem o entendimento das articulações processadas no domínio político-jurídico-ideológico e seu nexos com a instância infraestrutural. Para tal, elegemos o arcabouço teórico oferecido por Gramsci, pelas seguintes razões: o Desenvolvimento de Comunidade representa uma ideologia e uma política proposta por organismos internacionais, absorvida e difundida pelas classes dirigentes e pelas organizações privadas, com a mediação de seus intelectuais, recebendo amplo respaldo do Estado, no Brasil. Ora, Gramsci oferece um instrumental heurístico extremamente rico, tanto para desvelar as conjunções que se operam no equilíbrio de forças, como para compreender o papel dos intelectuais na reprodução das ideologias e na implantação de decisões políticas em uma dada sociedade. Em adição, a proposta do autor abre

3. O conceito de classes sociais aqui adotado inspira-se em Gramsci. Para o autor existem dois grandes grupos fundamentais antagônicos: a classe subordinada ou subalterna (em relação ao segundo grupo) e a classe dominante que exerce seu poder na sociedade mediante a hegemonia e a coerção. O conceito resultará mais inteligível, quando expusermos o pensamento de Gramsci a seguir. Sempre que falamos de “trabalhadores” (rurais ou urbanos) queremos nos referir a uma fração particular e determinada da classe subalterna.

Cf. sobre classes, principalmente:

GRAMSCI, Antonio. *Consejos de fábrica y Estado de la clase obrera*. México: Collección Roca, n. 16, 1973.

_____. Escritos políticos. In: PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México: Cuadernos Parado y Presente, n. 54, 1977.

perspectivas para a realização de mudanças sociais a partir da instância superestrutura) em cujo bojo se insere o Desenvolvimento de Comunidade.

Vejamos; pois, como se apresenta o quadro explicativo de Gramsci.

A noção de bloco histórico representa um componente elucidativo de grande validade para a iniciação no pensamento do autor. Ele concebe que os momentos da estrutura e superestrutura, organicamente vinculados, “formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo — contraditório e discordante — das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.⁴ Os aludidos momentos mantêm estreita e íntima reciprocidade no interior do bloco histórico e é precisamente tal unidade de contrários que caracteriza o processo real.

A inteireza dialética das relações entre ditas instâncias se consubstancia através de vínculo orgânico assegurado por grupos sociais postos a serviço da superestrutura. Esta, por sua vez, abrange duas esferas: a sociedade política, ou seja, “o aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento”⁵ e a sociedade civil, que abrange o “conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados”.⁶ Trata-se de uma distinção metodológica que não pode ser transposta mecanicamente para uma formação social concreta, pois os dois momentos são indissociáveis e encontram-se intimamente articulados.⁷ Sociedade civil e sociedade política representam, pois, grandes instâncias reunificadas em um mesmo corpo: o Estado. Em outras palavras, o Estado implica uma hegemonia “encouraçada” pela coerção, uma direção garantida pela dominação. Gramsci salienta que “a sociedade

4. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 52.

5. GRAMSCI, Antonio. In: PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 30.

6. GRAMSCI, Antonio. *Cultura y literatura*. Barcelona: Península, 1972. p. 35.

7. Cf. BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 11-69.

política corresponde à função de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda a sociedade e à função de ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico”.⁸ A hegemonia, por seu turno, se mediatiza pela conjugação da força e do consenso, que se equilibram alternadamente, para que a força pareça apoiada no consenso da opinião pública.

Os dois componentes do Estado — sociedade política + sociedade civil — se entrelaçam e por vezes são complementários em tal grau, que uma mesma organização pode estar inserida tanto na sociedade política quanto na civil. É o caso, por exemplo, do Parlamento, que é sociedade política enquanto dita a legislação de um país (coerção) e civil, enquanto traduz e reproduz a opinião pública. Mesmo as instâncias infra e superestruturais não são absolutamente excludentes, mormente quando se trata de pessoas ou organizações. Como fez ver Freitag, “existem dinamismos que fazem das instâncias não compartimentos estanques, mas categorias analíticas que permitem uma melhor análise, justamente da ‘organicidade’ do todo societário”.⁹ E traz à tona exemplos do estudante e do operário, que pertencem simultaneamente às três instâncias: são membros da sociedade civil, na medida em que se engajam em uma ou várias organizações; alocam-se na infraestrutura quando participam do mundo do trabalho; e pertencem à sociedade política na qualidade de eleitores ou membros de partido político. Estes, por sua vez, elaboram e difundem as concepções de mundo, logo, inscrevem-se igualmente na sociedade civil. Para Gramsci os partidos representam a pedra de toque da unificação entre a teoria e a prática, entendida como processo histórico real.

Enquanto a sociedade política agrupa genericamente as atividades que dizem respeito à coerção e à violência (governo, tribunais, política etc.) a sociedade civil indica o momento da persuasão e do consenso, da difusão da ideologia das classes fundamentais. Para o

8. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 11.

9. FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. p. 71.

autor a igreja, a escola e a imprensa representam as organizações de maior significação dentro da sociedade civil. A organização escolar — seja sob controle público ou de organismos privados — exerce função decisiva no bloco histórico, na qualidade de reprodutora da ideologia das classes dominantes.

E o que significa ideologia para Gramsci? “Uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”¹⁰ cujo significado é o de cimentar e unificar o bloco social. O autor confere às ideologias uma validade psicológica, enquanto “superestrutura necessária de uma determinada estrutura”, vez que elas “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.”. Desta ideologia, de significado mais alto, ele distingue aquelas “ideologias arbitrárias, racionalistas”, que não criam senão movimentos individuais — embora até elas sejam úteis, na medida em que “funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma”.¹¹

As noções de coerção e consenso adquirem, no autor, um significado também especial. Numa situação histórica global, ou seja, num bloco histórico, a classe dominante procura ocultar a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, e exerce seu poder no seio das classes subordinadas, sob duas formas. De um lado, mediante o consenso ou hegemonia, primordialmente no seio da sociedade civil, utilizando a filosofia, a moral, os costumes o “senso comum” etc.¹² para conformar as massas aos seus interesses. De outra parte, o poder é exercido no nível da sociedade política sob a forma

10. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética*. Op. cit., p. 16.

11. Id., p. 62-3.

12. “Senso comum” para Gramsci significa: “as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época, em um certo ambiente popular” (*Concepção dialética*, p. 18). “Uma concepção desagregada, incoerente, incongruente [...] equívoca, contraditória e multiforme” (Notas críticas sobre una tentativa de Ensayo popular de sociologia. In: PIZZORNO, Alessandro et al. *Gramsci y las ciencias sociales*. 2. ed. Córdoba: Pasado y Presente, 1972. p. 95 e 99.

de ditadura (simples dominação pela força). Tal desdobramento permite compreender outra formulação gramsciana similar e complementar: dominação ou ditadura e direção ou consenso.

“A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante em relação aos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter mesmo à força e é dirigente do grupo aliado. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes de tomar o poder [...] mas quando no exercício do poder e mesmo quando o tenha fortemente, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente”.¹³

Assim, o momento da dominação, da coerção, da ditadura sobre as classes adversárias não basta por si só ao exercício do poder: faz-se mister garantir a hegemonia, a coesão, a direção, mediante o consenso dos grupos sociais que lhes são mais próximos.

A hegemonia é assegurada, mercê do vínculo orgânico existente entre estrutura e superestrutura, que por sua vez se mediatiza graças à interveniência de certos grupos sociais intermediários entre ditas instâncias: os intelectuais.

Abordamos, neste passo, um componente conceitual que nos diz respeito mais estreitamente, já que nosso estudo se realiza através das produções dos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.

Para Gramsci o critério de classificação dos intelectuais não está ancorado sobre as características intrínsecas dessa atividade, pois, sob tal ótica, todos os homens são intelectuais. O autor evoca que o *Homo faber* não se pode dissociar do *Homo sapiens* e que em todas as atividades humanas, mesmo nas manuais, está presente a intervenção intelectual. Acrescenta, ainda, que “todo homem é filósofo”, na medida em que todos cooperam para sustentar ou modificar as concepções de mundo e suscitar novos modos de pensamentos.¹⁴

13. GRAMSCI, Antonio. *Il risorgimento*. Roma: Reunite, 1975. p. 94.

14. Cf. GRAMSCI. *Os intelectuais*. Op. cit., p. 7.

Com base nesse enfoque conceitual, o critério adotado para falar de intelectual é a *função* que desempenha um grupo na sociedade, no complexo geral das relações sociais. Neste sentido, para Gramsci “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”.¹⁵

Ao analisar as formações sociais concretas, Gramsci observa que os intelectuais são os “empregados” do grupo dominante, os “funcionários da superestrutura” para o exercício das funções subalternas da hegemonia e do governo social, isto é: do *consentimento* “espontâneo” das grandes massas à “direção” ditada pelas classes dirigentes e da *coerção* estatal que asseguro “legalmente” a disciplina dos grupos que não estão de acordo com a aludida direção.

Nas condições descritas, o intelectual pode exercer funções, as mais amplas, “seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública”.¹⁶ Pode ser um empresário, um administrador, um técnico, um especialista, um padre, um médico, tudo dependendo da “função de direção” que ele desempenhe na sociedade.

Gramsci chama a atenção para a relevância da posição dos intelectuais no seio do bloco histórico, afirmando que todo grupo social, “ao nascer no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas intelectuais que lhe asseguram homogeneidade e consciência de suas próprias funções, não somente no âmbito econômico, mas também no social e político; o empresário capitalista cria, junto a si, o técnico da indústria, o especialista em economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.”.¹⁷

O autor nega, assim, a “autonomia” dos intelectuais, sua neutralidade, seu “pensamento puro”, que simula difundir o saber e o conhecimento independente de posições ideológicas. Em seu entender, os intelectuais não representam em si mesmos uma “classe”, mas

15. Ibid.

16. GRAMSCI. In: BUCI-GLUCKSMANN. *Gramsci et l'Etat*. Paris: Fayard, 1975. p. 43.

17. GRAMSCI. *Cultura y literatura*. Op. cit., p. 27.

estão organicamente comprometidos com o grupo dominante para assumir a função de “agente da hegemonia”.

A hegemonia, exercida pela burguesia, no sistema capitalista, pode vir a ser conquistada pela classe trabalhadora.

Simetricamente, os intelectuais, tanto podem representar os interesses da burguesia, como lhes é possível estabelecer um vínculo orgânico com a classe subalterna, passando a “determinar e organizar a reforma moral e intelectual”.¹⁸ Em tais condições, eles representam uma força potencial na luta por uma nova hegemonia, na medida em que se comprometerem com aquela “reforma intelectual e moral” necessária ao “desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna”.¹⁹

Para isso, necessário se faz tomar como ponto de partida o “senso comum”, ou seja, a filosofia espontânea das massas, e torná-lo ideologicamente mais homogêneo, elevando a “gente simples” a uma concepção superior da existência, que origine uma nova unidade orgânica entre intelectuais e trabalhadores.

Vemos dessa forma que os intelectuais (os administradores, os técnicos, os assessores etc.) podem desempenhar uma dupla função dialética no interior de um bloco histórico: tanto lhes é possível trabalhar para reproduzir, quanto para abalar um sistema historicamente determinado. O mesmo ocorre em relação às ideologias difundidas pelas organizações da sociedade civil — a escola, a igreja, os meios de comunicação etc. — que podem viabilizar a unidade entre intelectuais e trabalhadores, uma vez que se proponham a realizar um movimento nacional-popular.

Ao analisar o papel das religiões na história moderna, na qualidade de “movimento cultural” portador de uma ideologia, Gramsci mostra como uma de suas maiores debilidades foi a falta de uma

18. GRAMSCI. *Notas críticas*. Op. cit., p. 130

19. GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 9.

unidade ideológica entre o “superior” e o “inferior”. E acrescenta que “um movimento filosófico só merece este nome [...] na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os ‘simples’ e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’”.²⁰

O autor pensa, assim, que o intelectual em contato e comprometido com “os simples”, pode cooperar para o “movimento cultural” necessário à transformação social, a qual implica um processo de relação entre o econômico e o político-ideológico.

Neste ponto, é-nos possível trazer novamente à luz o fio condutor de nosso raciocínio, isto é, a contribuição do pensamento gramsciano à análise aqui empreendida. Por suposto, os intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade podem desempenhar um papel dialético no seio de um dado bloco histórico, ou seja, tanto eles podem reproduzir uma ideologia de dominação e de persistência das relações de produção vigentes como lhes é igualmente possível deflagrar um movimento cultural que objetive a consolidação de uma contraideologia e de uma contra-hegemonia centradas a partir dos intelectuais e das ideologias.

Estamos conscientes de que a empreitada é complexa e o próprio Gramsci advertia que “o processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos”²¹ e que sua evolução é “muito mais lenta que a de qualquer outro grupo social em razão de sua natureza mesma e de sua função social”.²² Não obstante, ao lado das classes subordinadas, os intelectuais podem postular uma reforma intelectual e moral que

20. GRAMSCI. *Concepção dialética*. Op. cit., p. 18.

21. GRAMSCI. *Concepção dialética*. Op. cit., p. 21.

22. GRAMSCI. In: MACCIOCCHI, Maria Antonietta. *Pour Gramsci*. Paris: Seuil, 1974. p. 333.

prepare o terreno para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular, no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna, a qual, por seu turno, não se pode materializar “sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico”.²³

A análise do papel dos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade brasileiro, num dado momento, sob determinadas condições históricas, representa o ponto crucial deste estudo. As demais categorias de Gramsci servem de fundamento à inteligibilidade da função dos intelectuais de vez que a produção dos mesmos toma forma no seio do bloco histórico e mais especificamente no coração da sociedade civil, terreno das ideologias, momento da persuasão e do consenso, onde o Desenvolvimento de Comunidade se insere. Daí por que diversos conceitos de Gramsci são emitidos nesta introdução — enquanto referencial teórico global — posto que nem todos sejam necessariamente utilizados no decorrer da análise.

Isto posto, podemos recolocar algumas das questões iniciais, abordando-as agora à luz do pensamento gramsciano: qual “direção” tem tomado o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, na qualidade de instrumento de sociedade civil, campo onde se reproduzem as ideologias? Qual o posicionamento dos intelectuais dessa disciplina: são eles empregados da classe dominante, reproduzindo sua ideologia e sua dominação no interior do senso comum, ou têm eles tentado firmar um vínculo orgânico com as classes subalternas, trabalhando para uma reforma intelectual e moral que possa provocar a emergência e a gestação de uma vontade coletiva nacional-popular? As propostas e práticas de participação implementadas por aqueles intelectuais têm contribuído para conformar as massas aos interesses da burguesia ou, ao contrário, para levá-las a “participar ativamente na produção da história do mundo”? Elas pretendem, factualmente, facilitar o acesso dessas massas ao comando e à “direção intelectual e moral” do bloco histórico no Brasil? Quais os condicionantes histó-

23. GRAMSCI. *Maquiavel*. Op. cit., p. 9.

ricos no Brasil? Quais os condicionantes históricos no âmbito da sociedade política e da sociedade civil que determinaram as aludidas propostas e práticas de participação?

Em torno desse conjunto de indagações procuraremos caminhar na presente reflexão. Para seu melhor desdobramento, numa perspectiva histórico-estrutural-conjuntural, estabelecemos uma periodização, cujos critérios têm a ver, de um lado, com a história da política brasileira global; de outro, com a evolução internacional (no Capítulo I) e nacional (em todos os capítulos) do Desenvolvimento de Comunidade; e, genericamente, com a captação de traços mais significativos e determinantes das concepções vigentes da participação no Brasil. Todos esses critérios mantêm, como teia de articulação, as grandes linhas teóricas de Gramsci.

Não é nosso intuito avaliar se existe ou não Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, sua *performance* neste país, adotando, por exemplo, como paradigma, modelos postulados pelas organizações que o inspiram e comparando a prática da disciplina no Brasil com aqueles modelos. Não nos interessa tampouco analisar filigranas diferenciais desta disciplina com outras limítrofes, como são a Organização Social de Comunidade e a Ação Comunitária.²⁴ Utilizamos o termo Desenvolvimento de Comunidade sem nos importar seu rigor semântico, pois assim ele foi introduzido pelos organismos internacionais²⁵ e assimilado em nosso país.

24. A título de referência, damos a seguir algumas definições correntes no Brasil das aludidas disciplinas: “*Organização de Comunidade* é o processo de provocar e manter um progressivo e mais eficiente ajustamento entre os recursos e as necessidades de bem-estar” (*Lane Report*, 1939); “*Ação Comunitária* é a resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que tenha consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los por si mesma, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, com a colaboração das entidades existentes” (BORBA, Orlando Fals, 1962); “*Desenvolvimento de Comunidade* é o processo através do qual o próprio povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas. Isto implica a colaboração indispensável entre os governos e o povo para tornar eficazes os esquemas de desenvolvimento viáveis e equilibrados” (ONU, 1958). As mencionadas definições constam em: CBCISS. *Debates Sociais*, Documento de Araxá. 2. ed., v. III, n. 4, p. 36-8, 1967.

25. Cf. ARNDT, C. O. In: HENRY, Nelson B. Op. cit., p. xv.

Não se trata, outrossim, de empreender uma exploração horizontal, capaz de esgotar todos os eventos e programas que marcam o chão palmilhado pelo Desenvolvimento de Comunidade brasileiro. Dado que nosso propósito é explicativo e não descritivo, que pretendemos ser mais sociólogo do que historiógrafo, ater-nos-emos somente às produções que fornecem elementos para nosso objeto de estudo e que inauguram conotações não reveladas ou ainda embrionárias em cada período precedente. Nas obras aqui analisadas procuraremos surpreender as intenções e as contradições históricas do Desenvolvimento de Comunidade, bem como a direção tomada pelos seus intelectuais nos diversos momentos de sua trajetória.

Nosso *objeto de estudo* não é, por conseguinte, o Desenvolvimento de Comunidade, em toda sua abrangência e magnitude. É, sim, a *teoria/prática da participação* produzida pelos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade brasileiro.

“Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo”.²⁶

Daí por que procuraremos inferir a concepção de participação adotada pelos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade, com base em seu discurso e sua prática.

O nível do discurso será investigado na literatura *produzida, publicada e difundida* no país,²⁷ enquanto a prática da participação será analisada em programas de Desenvolvimento de Comunidade mantidos por órgãos de âmbito nacional e/ou regional. Experiências locais de maior relevância — entendendo-se assim aquelas que foram obje-

26. GRAMSCI. *Concepção dialética*. Op. cit., p. 13.

27. *Produzida*: no Brasil, por autores nacionais. *Publicada*: e não apenas mimeografada, à exceção dos documentos do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) uma vez que eles têm comprovada divulgação em todo o território nacional. *Difundida*: mencionada em obras publicadas sobre o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil e/ou nas bibliografias dos cursos da aludida disciplina nas universidades brasileiras.

to de estudo de obras publicadas ou de reuniões nacionais e/ou regionais — poderão ser incluídas a título de ilustração.

O período que este estudo abrange inicia-se na década de 1950 — quando surgem as primeiras produções e experiências nacionais de caráter oficial — e se estende até o final da década de 1980, época em que foi atualizada a 7ª edição.

Ao dividi-lo em períodos estamos conscientes da relatividade e artificialidade inerentes a qualquer periodização, de vez que o processo histórico, enquanto dialético, não se opera linearmente nem por fases nítidas. Os traços marcantes em cada período são gestados nos passos anteriores e continuam presentes no passo ulterior. O que caracteriza, portanto, cada seção é que o predomínio e a maior nitidez deste ou daquele traço, podem chegar a constituir um marco histórico — malgrado não esqueçamos que outros critérios adotados conduziriam sem dúvida a identificação de uma periodização distinta.

A primeira fase do Desenvolvimento de Comunidade — e dela trata o Capítulo I — é marcada pela introdução da disciplina no Brasil,²⁸ no contexto da Guerra Fria, e num momento em que as atenções se voltavam para o “atraso” de nossas populações rurais.

O segundo período revela as influências do nacional-populismo sobre a disciplina e algumas tentativas dos intelectuais no sentido de criarem um vínculo com as classes subalternas pela via primordial do sindicalismo rural.

A terceira etapa pauta-se primordialmente na estratégia de integração instaurada pelo governo desde 1964, quando o Desenvolvimento de Comunidade passa a constituir-se em instrumento coadjuvante das políticas de desenvolvimento nacional.

O último período (1978-89) analisa as influências que as lutas sociais pela redemocratização do país exercem sobre o Desenvolvi-

28. A denominação do Desenvolvimento de Comunidade enquanto “disciplina” não indica que o concebemos como um ramo da ciência ou uma teoria abstrata. Ao contrário, nossa aproximação à “disciplina” pretende surpreender a unidade entre teoria e prática e a carga ideológica nela contida.

mento de Comunidade, do que resulta sua articulação com os movimentos populares.

Após discorrer sobre as aludidas etapas, retomaremos as questões centrais colocadas nesta introdução e tentaremos sistematizar em conclusões as inferências que forem emergindo no desdobrar-se da presente análise.

No que tange à documentação selecionada, apresentou-se-nos uma dificuldade: em alguns períodos ela é muito reduzida, ao passo que em outros as produções são mais numerosas. No último caso, procedemos à eleição das obras cujas tendências são representativas, tanto em nível do discurso quanto das práticas da disciplina.

Ao adotarmos uma postura crítica em face das produções aqui analisadas não nos pretendemos isentar dos desacertos que elas tenham cometido. Muito ao contrário, vamo-nos apanhando a nós mesmos nas curvas do caminho percorrido pelo Desenvolvimento de Comunidade no Brasil e julgamos que todos juntos somos responsáveis pelos seus erros e seus acertos.

CAPÍTULO I

Concebe-se o desenvolvimento de comunidade com base em supostos acríticos e aclassistas (1950-59)

1.1 Gênese do Desenvolvimento de Comunidade

Qualquer incursão teórica que pretenda lograr um nível consistente de explicação sociológica sobre as origens do Desenvolvimento de Comunidade supõe o retorno às condições históricas mundiais então vigentes, bem como exige a análise das mediações inseridas no jogo dos interesses internacionais e de seus desdobramentos no Brasil.

Institucionalizado pela ONU após a Segunda Guerra Mundial o Desenvolvimento de Comunidade é postulado num momento histórico em que as grandes potências — lideradas pelos Estados Unidos e Rússia — deflagram a chamada “Guerra Fria” pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado.

A consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais começam a representar um perigo crescente para os países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias. Passa então a recém-criada ONU a desfraldar a bandeira da social-de-

mocracia e a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias consagradas como não democráticas.

Sob o argumento de que “a pobreza é um entrave e uma ameaça tanto para essas populações (pobres) como para as áreas mais prósperas;¹ de que “na atual luta ideológica os povos famintos têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas”; de que “o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos de comunismo em potencial”;² de que “a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício dos Estados Unidos”³ este país se proclama líder do mundo pela boca de seu presidente: “Creio que devemos oferecer aos países amigos da paz”, afirmava Truman em seu discurso de posse, “os benefícios do nosso cabedal de conhecimentos técnicos e ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor”.⁴

A ideia que inspira a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), como chega mesmo a expressar um dos representantes do Brasil, é de que “o continente conta com o mais rico, o mais desenvolvido e o mais poderoso país do mundo — os Estados Unidos — que aliado ao Canadá lidera o progresso científico e tecnológico. Logo temos dentro do próprio continente os meios e os instrumentos indispensáveis ao nosso desenvolvimento”.⁵

Imbuído de tais convicções o governo americano inicia a partir da Segunda Grande Guerra extenso programa de assistência técnica

1. BEATTY, Willard W. Lições colhidas nos programas internacionais e bilaterais de educação comunitária. In: HENRY, Nelson B. (Org.). *Educação comunitária*. Rio de Janeiro: Usaid, 1965. p. 160. O parêntese é nosso.

2. SCANLON, David. Raízes históricas do Desenvolvimento e Educação Comunitária. In: HENRY, Nelson. Op. cit., p. 58.

3. MAUCK, Willfred. Os programas bilaterais americanos de educação comunitária. In: HENRY, Nelson. Op. cit., p. 167.

4. Memoirs of Harry S. Truman. In: BEATTY, Willard. Op. cit., p. 160.

5. LIMA, Hermes. A conferência econômica da OEA. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. I, n. 1, p. 111-3, 1958.

aos países pobres, principalmente aqueles situados na América Latina. No caso do Brasil, já em 1942 é celebrado convênio entre seu governo e o dos Estados Unidos para incremento da produção de gêneros alimentícios em nosso país, como resposta certamente à preocupação de que “os povos famintos têm mais receptividade à propaganda comunista”... Mediante proposta do vice-presidente executivo do Instituto de Assuntos Interamericanos — general Dunham — o Acordo é prorrogado em 1944 e o governo americano continua a manter seu quadro de técnicos junto ao Ministério de Agricultura, para assessoria à comissão de produção de alimentos.⁶

Segue-se, em 1945, o Acordo sobre a educação rural, que prepara mais diretamente a entrada ao Desenvolvimento de Comunidade no país. Resultante de cooperação estabelecida entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a “Inter-American Educational Foundation, Inc.”⁷ o Acordo se propõe a estabelecer “maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos entre os dois países”.⁸ Dele resulta a criação da “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais” (CBAR) junto ao Ministério da Agricultura, composta por técnicos americanos e brasileiros responsáveis pela execução do programa. Como fundo financiador, a CBAR conta com US\$ 250.000,00 de fontes americanas e US\$ 750.000,00 do orçamento da União. Em adição, os Estados Unidos põem à disposição da CBAR um corpo de especialistas em educação e extensão rural além de concederem bolsas de estudo para o “adestramento” de brasileiros naquele país.

Como técnica a ser utilizada para o trabalho em campo, o Acordo sugere a adoção de *missões rurais*, ao lado de recursos tais como rádio, cinema, bibliotecas, museus circulantes etc.

6. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Atos Internacionais (205). Rio de Janeiro, 1944.

7. Corporação subordinada ao “Office of Inter-American Affairs”, agência do governo dos Estados Unidos.

8. BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Atos Internacionais (230). Rio de Janeiro, 1946.

Simetricamente, a “Inter-American Educational Foundation, Inc.” firma outro Acordo com o Ministério de Educação, nos mesmos termos da CBAR, visando à educação industrial (CBAI), mediante sobretudo a preparação de especialistas brasileiros nos Estados Unidos. Garante-se, com essas medidas, a veiculação da ideologia e dos interesses americanos tanto no meio rural como nas áreas urbanas e, em tais condições, se vai gestando o embrião do Desenvolvimento de Comunidade no país. Sob os auspícios da “American International Association for Economic and Social Development” (AIA), após visita de seu criador — Nelson Rockefeller — ao Brasil,⁹ nasce em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar) em Minas Gerais. Segundo Dalrymple,¹⁰ o objetivo dessa ajuda vem a ser o crescimento das colheitas e da produção pecuária, bem como a melhoria de condições econômico-sociais das populações rurais, mediante a assistência técnica e financeira. A Acar passa a reproduzir no Brasil o modelo americano de extensão agrícola levado a cabo desde o início do século e testado pelos Estados Unidos em alguns países, como foi o caso da Índia, através do Projeto Etawah.¹¹

Da mesma forma que o Projeto Etawah, a “Experiência de Itapeiruna”, no Brasil — da qual trataremos posteriormente — constitui-se em primeiro passo que desencadeia uma série de programas de Desenvolvimento de Comunidade no país.

Por seu turno, durante os anos 1950, a ONU se empenha em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade, como uma medida para solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvol-

9. É sobejamente conhecido o fato de que o império transnacional dos Rockefeller se projeta mediante a partilha das fatias do globo entre os irmãos: John Davidson III dedicou-se à Ásia; Lawrence aplicou maciços investimentos em Porto Rico; David ocupou-se do mundo árabe. A Nelson coube a América Latina (cf., por exemplo, *O império sem Rocky. Veja*, São Paulo, n. 544, p. 32-4, 7 fev. 1979).

10. Cf. DALRYMPLE, Martha. *The AIA story: two decades of international cooperation*. New York: American International Association for Economic and Social Development, 1968. p. 197-8.

11. Cf. HOLMES, Horace. Ensinando a autoiniciativa aos camponeses asiáticos. In: HENRY, Nelson. Op. cit., p. 177-92.

vimento econômico e social”.¹² Essa integração é concebida — conforme se depreende das produções da ONU — sob uma visão acrítica e aclassista, quando, por exemplo, isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos...

Plasmado sobre um esquema conceptual societário que se rege pelos supostos da harmonia e do equilíbrio, o Desenvolvimento de Comunidade é então definido como “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país”.¹³ Salienta o *Twentieth Report*, do Conselho Econômico e Social da ONU (em outubro de 1956) que os dois ingredientes básicos do Desenvolvimento de Comunidade são a participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar mais eficazes os programas de ajuda mútua.¹⁴

Durante a Assembleia da Comissão Social do Conselho Econômico e Social, em 1957, a utilização do Desenvolvimento de Comunidade é recomendada em larga escala, particularmente para as áreas rurais.

Aderindo às recomendações da ONU a OEA define uma política de assistência técnica a programas de Desenvolvimento de Comunidade para as Américas e cria, junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pela divulgação e impulso desses programas no continente.

12. SILVA, Maria Lúcia Carvalho. *Evolução do conceito de Desenvolvimento de Comunidade no período 1965/70, na subregião do Cone Sul da América Latina*. São Paulo, 1974. p. 50. (Mimeo.)

13. Definição do D. C. em 1956, pela ONU. In: CBCISS. *Desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais*. Rio de Janeiro, 1962. p. 25.

14. In: HENRY, Nelson B. Op. cit., p. 357.

É ainda na década de 1950 que a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social, realizando três distintas pesquisas de caráter internacional sobre a formação de seus profissionais a níveis auxiliar, de graduação e pós-graduação.

Como se vê, a preocupação do Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos¹⁵ interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista.

“Os conceitos e métodos da economia industrial, fundados em princípios economizantes¹⁶ — afirma-se em reunião do BID — foram inaplicáveis às sociedades tradicionais que não participam de uma economia de mercado que regula: todos os ingredientes da produção, entre eles a terra e o trabalho. Estes, nas comunidades indígenas, não são considerados mercadorias e, portanto, não se encontram sujeitos às normas de formação de preços, nem ao princípio integrativo do mercado. As formas de cooperação no trabalho se baseiam na reciprocidade e na redistribuição, princípios que enganosamente parecem favoráveis para constituir com eles formas cooperativas modernas, porém que, na realidade, são opostas às normas em que se funda o capitalismo moderno.”¹⁷

Com base em tal lógica, reconhece-se a necessidade urgente de modernizar a agricultura e criar nas áreas rurais condições favoráveis à consolidação do sistema capitalista.¹⁸ Tal postura casa-se perfeitamente com a política definida em âmbito nacional que aponta àquela época em direção à industrialização do país, a qual por sua vez imprescinde da crescente oferta de produtos primários.

15. Dentre eles: Unesco, OIT, OAA, OEA, Cepal, Ponto IV e outros.

16. O termo “economizante” foi conservado como no original, em espanhol.

17. BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. El desarrollo de la comunidad. In: BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *Desarrollo de la Comunidad: teoría y práctica*. México, 1966. p. 3.

18. Cf. BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Oportunidades de preparação no ensino agrícola e veterinário*. Rio de Janeiro, n. 45, p. 7 e ss., 1949.

“A fim de obviar aos desequilíbrios que a expansão da indústria, sem o concomitante incremento da lavoura e da pecuária traria à economia do país — vem o governo estimulando, por todos os meios, as atividades agropecuárias”, afirmava JK em 1958.¹⁹

Mediante essas estratégias se vão tecendo as condições para a criação do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.

Em 1949 aqui se realiza o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, sob o patrocínio do governo brasileiro, da Unesco e da União Pan-Americana, com o objetivo de estudar as experiências desenvolvidas nesse campo e de elaborar uma doutrina em moldes condizentes com os ideais internacionais em relação à América Latina. Encontravam-se presentes ao seminário vários países com experiências em Desenvolvimento de Comunidade, sendo as do México e da Guatemala imputadas as mais válidas enquanto subsídios para a formação de uma política latino-americana de educação de adultos.

A Unesco e a OEA, através de seus representantes, reputam que a chave do êxito estaria na conjunção dos esforços e recursos governo/povo e, dentre as recomendações finais do seminário, concedem especial relevo à organização de campanhas pautadas na filosofia do Desenvolvimento de Comunidade.

Considerando que o analfabetismo representa “um fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça para a paz social e para a vida democrática da América”; considerando a educação de massas como “um instrumento para preparar a paz e maximizar os efeitos da assistência técnica”;²⁰ considerando, ainda, que é nas áreas rurais que, se concentram os maiores contingentes de analfabetos, vincula-se, então, a educação de adultos diretamente à solução dos problemas rurais. O Manual de Educação de Adultos, que deriva do seminário, sugere explicitamente que se adotem os

19. BRASIL. Presidente, 1930-1964. *Mensagens presidenciais: 1947-1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p. 293.

20. As duas afirmativas procedem de representantes da OEA e Unesco, respectivamente. In: PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973. p. 195.

métodos do Desenvolvimento de Comunidade e chama a atenção para a relevância da extensão universitária, dos sindicatos, cooperativas, missões rurais e da extensão agrícola.

Em 1950 inicia-se no Brasil a experiência da Missão Rural de Itaperuna (RJ) que, inspirada nos princípios e nas técnicas do desenvolvimento comunitário, pretende assentar as bases para um programa nacional de melhoria das condições de vida econômica e social das áreas agrícolas. Em decorrência, surge em 1952 a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério de Educação, inaugurando em nível nacional um programa oficial de caráter pluridisciplinar, pautado nas técnicas do Desenvolvimento de Comunidade.

Em 1956 é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) — sob os auspícios da “American International Association” (AIA)²¹ — como expansão das experiências da Acar em Minas Gerais (a partir de 1948) e no Nordeste (a partir de 1954). O objetivo da Abcar é prestar “assistência às famílias rurais, principalmente através do crédito supervisionado e de atividades de ‘extensão — educação’”.²² No Brasil a extensão rural é conceituada como “um processo de ação educacional que visa a provocar mudanças no comportamento das pessoas em relação aos seus conhecimentos, atitudes, hábitos e habilidades”.²³ A Abcar constitui o órgão executor do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, e tem filiados em cada Estado da federação que coordenam o trabalho dos escritórios locais. Estes são compostos de dois técnicos responsáveis pelas “mudanças no comportamento” dos usuários — o agrônomo e a agente de economia doméstica que recebem treinamento (em educação, comunicação, psicologia e desenvolvimento de comunidade) regido pela ideologia da extensão rural americana.

21. A aludida organização foi fundada por Nelson A. Rockefeller, em 1946, visando a estimular a criação de programas de autoajuda em áreas subdesenvolvidas (cf. WHARTON JR., Clifton R.; RIBEIRO, José Paulo. The ACAR Program in Minas Gerais Brazil. In: WHARTON JR., Clifton R. [Ed.]. *Subsistence agriculture and economic development*. 2. ed. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970. p. 424).

22. Ibid.

23. SILVA, Maria Lúcia C. Op. cit., p. 96. Sem referência à fonte original.

Ainda na área do desenvolvimento agrícola, é criado em 1955, por convênio do Ponto IV com o Ministério de Agricultura, o Serviço Social Rural (SSR). Seu objetivo precípua é “iniciar, sob a ação de um plano racional e conjunto, a árdua tarefa de procurar desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras”.²⁴ Somente em 1959, com a formação de seu quadro de pessoal, passa o mesmo a funcionar e a assumir ou financiar diversas experiências isoladas de organização de comunidade: Araruama e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro; Birigui e Valinhos, no Estado de São Paulo; convênio com a Emissora de Educação Rural, de Natal, Rio Grande do Norte.²⁵

Como vemos, surgem na década três programas vinculados ao Desenvolvimento de Comunidade, basicamente com inspiração nas experiências americanas, todos voltados para a modernização da agricultura. A CNER adquire maior relevo na década, pela sua duração, magnitude e pelas repercussões mais diretas sobre o Desenvolvimento de Comunidade brasileiro. Portanto, dela trataremos no item 1.3, como exemplo de experiência multidisciplinar oficializada pelo governo.

No que tange ainda à área de influência internacional, três seminários sobre Desenvolvimento de Comunidade são realizados na década de 1950 e desempenham papel decisivo na expansão dessa disciplina no Brasil.

O primeiro, o “Seminário sobre Desenvolvimento de Comunidade”, patrocinado pela OEA, tem lugar em Porto Alegre (1951) e confere grande relevância aos trabalhos com base geográfica, cuja unidade de trabalho são as pequenas comunidades. Em 1953 a ONU promove, com a Universidade Rural do Brasil, o Seminário Regional de Bem-Estar Rural, no qual se gesta o Serviço Social Rural, ulteriormente criado.

O terceiro conclave realizado na década — o Seminário de Educação de Adultos para o Desenvolvimento de Comunidade — é promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social, em 1957, sob o patrocínio da Unesco. Neste seminário a conferencista brasileira,

24. Serviço Social rural. In: PAIVA, Vanilda P. Op. cit., p. 200. Sem referência à fonte original.

25. SILVA, Maria Lúcia C. Op. cit., p. 99.

assistente social Aylida Pereira Reis, associa pela primeira vez os termos Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade, propondo a fusão das duas disciplinas em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Tenta-se, então, adaptar a Organização Social de Comunidade aos novos imperativos nacionais e internacionais, mediante a incorporação de ingredientes do Desenvolvimento de Comunidade. Disso redunda que a ação do Serviço Social exercida em coordenação de obras, vai, na década de 1950, gradualmente dando lugar ao trabalho direto com as populações, e migra da cidade para o campo, numa perspectiva de melhoria de níveis de vida.

Em mimetismo com as propostas internacionais, tal melhoria é concebida sem uma postura crítico-reflexiva sobre as estruturas responsáveis pelos baixos níveis de vida e sem ponderar sobre o antagonismo das classes no seio da sociedade.

Isto é o que veremos nos itens que se seguem.

1.2 Surgem os primeiros intelectuais brasileiros da disciplina

Conforme salienta Gramsci, todo grupo social cria uma ou mais camadas de intelectuais — os técnicos, especialistas, organizadores de uma nova cultura — a fim de que lhe sejam asseguradas a homogeneidade e a consciência de suas funções, quer no campo econômico, político ou social.²⁶

As frações das sociedades civil e política do Brasil — bem como os organismos estrangeiros — interessadas na difusão do Desenvolvimento de Comunidade tratam de estimular a emergência de intelectuais autóctones dessa disciplina, a partir dos anos 1950. Até 1951 a literatura adotada como guia para a formação de técnicos e para a implementação no trabalho comunitário era produzida nos Estados Unidos.²⁷

26. Cf. GRAMSCI, Antonio. Cultura y literatura. Op. cit., p. 27.

27. O livro texto adotado em 1945 pelas escolas de Serviço Social era o de MAC MILLEN, Wayne. Community Organization. In: RODRIGUES, Ivany Lopes. Op. cit., p. 25.

Em 1952 o Ministério da Agricultura divulga a primeira produção brasileira de maior relevância, que representa um “ensaio de educação de base visando à recuperação e ao Desenvolvimento de Comunidades Rurais”,²⁸ com fundamento na experiência de Itaperuna. A obra tem repercussões no Brasil inteiro, oferecendo subsídios para o Serviço Social rural, posteriormente criado, e para as Missões Rurais da Campanha Nacional de Educação Rural, das quais trataremos no item 1.3.

Segue-se, em 1957, a obra de José Arthur Rios²⁹ que, salientando “a importância dos grupos de base na construção de um regime político adequado às necessidades naturais e aos fins últimos do homem”, propõe a educação de comunidade com um “tipo de educação social que visa a promover o levantamento dos níveis e padrões de vida de uma comunidade inteira através do planejamento democrático de suas possibilidades e recursos”.³⁰

Ainda nessa década é publicado pelo Sesc o livro de Balbina Ottoni Vieira,³¹ que, malgrado incorpore sugestões metodológicas da Missão Rural de Itaperuna, guarda traços nítidos da Organização de Comunidade (que caracterizam os trabalhos durante os anos 1940).

As três mencionadas obras tiveram grande influência na formação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros e em seu discurso percebe-se pela primeira vez,³² posto que embrionariamente, um esforço de estímulo à participação das populações trabalhadas no processo de organização e/ou de desenvolvimento local.

28. BRASIL. Ministério de Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna*. Rio de Janeiro, 1952. p. 11.

29. RIOS, José Arthur. *Educação dos grupos*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957.

30. RIOS, José Arthur. Op. cit., p. 7 e 18, respectivamente.

31. VIEIRA, Balbina O. *Introdução à organização social da comunidade*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 1958.

32. Convém relembrar que analisamos aqui apenas as obras nacionais (e não traduzidas), publicadas (incluindo documentos do CBCISS, embora mimeografados) no período que abrange nosso estudo e que foram adotados nos cursos de Serviço Social (cf. Introdução deste trabalho)

Trataremos a seguir da análise mais detalhada dessas obras, tentando detectar sua visão de sociedade, as teorias em que se inspiram e os conceitos de participação declarados ou nelas subjacentes.

Os dois primeiros trabalhos decorrem direta e expressamente de orientações da sociedade política brasileira e adotam como ponto de partida objetivos conjugados às estratégias nacionais.

A experiência de Itaperuna deriva remotamente de recomendações do governo americano, quando do Acordo com o Brasil para a educação rural³³ e mais proximamente, do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, patrocinado pelo governo brasileiro/Unesco/União Pan-Americana. Durante aquele seminário o Ministério da Agricultura recebe a incumbência de organizar um ensaio de educação de base através do método de Organização de Comunidade a ser aplicado por uma Missão Rural de Educação.

Trata-se, pois, de uma experiência-modelo que se insere na política desenvolvimentista da década e que responde aos interesses das classes dominantes no sentido da modernização do meio rural, mediante a educação de adultos. Esta passará a ser considerada como um requisito indispensável a uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e como recurso social da maior importância para desenvolver entre as populações adultas “marginalizadas” o sentido de ajustamento social.

A obra de Rios, publicada pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde, consiste na reunião de suas apostilas de aula, numa tentativa de estabelecer conexões entre educação e saúde. Tecendo considerações sobre a história da Organização Social de Comunidade no mundo, o autor sugere uma abordagem mais ampla dessa disciplina, colocando-a nas instâncias do planejamento, da engenharia social e da organização do território. Postula ele que “não há democracia sem um mínimo de regionalismo, de localismo, de municipalismo,³⁴ e apresenta a educação dos grupos e da comunidade como estratégia para o planejamento democrático.

33. Cf. item 1.1.

34. Rios, José Arthur. *Op. cit.*, p. 7.

O trabalho de Rios entretanto, tal como o de Itaperuna, posto que consignando uma visão da realidade brasileira, sugere modelos que, em vez de engajarem os grupos e as comunidades — e com maior propriedade, as classes subalternas — nos processos decisórios da nação, fragmentam-nos e isolam-nos em ações e decisões de âmbito estritamente local. Rios dedica, por exemplo, seu primeiro capítulo à proposta da educação social, técnica a serviço do homem, onde proclama a necessidade da participação popular no planejamento e o encaminhamento dos “grupos de base à conquista da sua autonomia própria, através do exercício cotidiano da ação, responsável”.³⁵ Os demais capítulos (dez) apresentam formas concretas de como operacionalizar a educação social por ele proposta. Em que pese a validade de sua obra naquele momento histórico — pois descortina novas perspectivas ao trabalho comunitário e estimula uma postura mais democrática dos técnicos — o autor não chega a instrumentalizar a participação popular no planejamento nacional. Num primeiro momento ele trata da estrutura e dinâmica interna do grupo, princípios e normas da educação grupal, passando em seguida a abordar a comunidade (conceitos, formas, fases e meios de intervenção) sempre dentro dos limites restritos de uma localidade ou de um município.

A experiência de Itaperuna apresenta, *mutatis mutandis*, as mesmas características. A despeito de pretender desdobrar-se ulteriormente a municípios limítrofes que abrangeriam três distintos Estados,³⁶ a atuação da Missão Rural se dá em âmbito municipal e em resposta a problemas locais, sem repercussão nas estruturas sociais. A extensão agrícola, pautada no modelo americano, limita-se ao “fomento à produção de hortaliças, emprego de boa semente, organização de clubes agrícolas, conservação dos recursos naturais, combate às pragas e assistência pecuária”,³⁷ não constando entre as atividades, por exemplo, reflexões e ações sobre a estrutura agrária e sobre as relações sociais de produção vigentes no meio rural brasileiro.

35. Id., p. 9.

36. O que em si não indica uma abordagem macrossocial.

37. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Op. cit., p. 49.

Enquanto os mencionados livros adotam como marco de referência uma visão ampla de sociedade, posto que abstrata e desarticulada de suas propostas operacionais, o livro de Vieira estabelece claramente, logo nas primeiras linhas, seu objetivo de “despertar nas obras sociais o interesse pelo crescimento social da *comunidade onde operam*”,³⁸ e exemplifica seu conceito de comunidade como “um conjunto residencial, um povoado, uma vila, um bairro, uma cidade”.³⁹

Não se coloca, pois, ali, a problemática global nem específica da sociedade brasileira e são reproduzidas as características americanas da Organização Social da Comunidade, na medida inclusive em que centra sua estratégia na obra social concebida esta como “uma estrutura através da qual um grupo de indivíduos procura, sem ideia de remuneração ou de lucros para a organização, solucionar e prevenir problemas sociais, educar indivíduos e grupos e promover o bem-estar da comunidade”.⁴⁰ Não obstante, Vieira aponta, em determinada passagem, para a necessidade de incluir nos programas das obras sociais a discussão de assuntos nacionais e internacionais, tais como: democracia e liberdades cívicas, onde coloca deveres e direitos dos cidadãos, como votar e escolher candidatos, responsabilidades dos governantes do país; bem-estar da comunidade; saúde pública; educação; imigração; legislação trabalhista e relações internacionais. Essa recomendação perde-se, contudo, na tessitura da obra, de um lado, porque a proposta não ultrapassa o nível da retórica, de outro, por não constituir um bloco monolítico em relação ao pensamento da autora.

Publicado pelo Serviço Social do Comércio, o trabalho de Vieira não expressa orientações manifestas da sociedade política, mas a elas conjuga-se, promovendo “o equilíbrio constante entre os recursos e as necessidades sociais”,⁴¹ pela atuação junto à sociedade civil: as

38. VIEIRA, Balbina Ottoni. Op. cit., p. 5. O grifo é nosso.

39. Id., p. 7.

40. Id., p. 55.

41. Id., p. 14.

obras sociais.⁴² Nelas são assegurados aqueles benefícios necessários à reprodução da força de trabalho, saqueados pelo aumento de sua taxa de exploração, no âmbito do processo produtivo.

Se analisamos os supostos teóricos que informam as produções ora em foco, verificamos um agrupamento sutilmente diverso daquele que acabamos de estabelecer, pois aqui reside maior similitude entre Itaperuna e Vieira e pequena distinção do trabalho de Rios.

Enquanto os dois primeiros se fundam inequívoca e quase exclusivamente nos cânones da teoria positivista comteana, o último incorpora a esta diversos traços da teoria funcionalista, marcadamente o modelo de Parsons.

Tanto Vieira, como a experiência da Itaperuna, adotam o tripé positivista em sua estratégia de ação: o indivíduo, a família e a comunidade, sendo este último elemento adaptado aos modelos propostos, segundo a visão de *Gemeinschaft* de Tönnies. Confere-se especial ênfase ao trabalho junto à família, “unidade social por excelência, restabelecendo o prestígio do grupo familiar e o seu papel na vida da comunidade”.⁴³ Na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem ela é apresentada como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a sociedade. Como no positivismo, a mulher desempenha o papel de guardiã da moral, e representa o símbolo da veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa e benevolência, enquanto filha.⁴⁴ Donde o Desenvolvimento de Comunidade naquela época privilegiar a educação da mulher, quer orientando-a diretamente no lar, através das visitas domiciliares, quer na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrizes etc.

O processo educativo é focalizado em suas perspectivas estáticas, de manutenção da ordem, e dinâmica, de agente do progresso, pos-

42. Lembramos que temos presente nesta análise, como quadro referencial teórico, o conceito de Gramsci sobre Estado e sociedade civil (cf. Introdução deste trabalho).

43. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Op. cit., p. 158.

44. Cf. MARTINDALE, DON. *La teoria sociologica, naturaleza y escuelas*. Madrid: Aguilar, 1971.

tulando-se, com base em “interesses comuns”, a solidariedade e a cooperação de todos os setores da comunidade nesse processo.

A diferenciação no interior da sociedade, da mesma forma como ocorreu no positivismo, não é negada, embora continue a simular o antagonismo das classes.

Vieira afirma que a comunidade se caracteriza por uma certa heterogeneidade dentro de uma homogeneidade”,⁴⁵ sendo a primeira representada pela variedade de classes sociais, de profissões ou de ocupações, de instrução de níveis econômicos etc. Por sua vez, a Missão Rural de Itaperuna admite a “distinção de raça, sexo, classe, credo político ou religioso” mas, identificando-se a Vieira, persegue a “formação de um espírito comunitário, chamando a atenção para os laços materiais e espirituais existentes e como, pelo esforço conjunto, é possível resolver problemas comuns e realizar com mais eficiência o bem-estar da comunidade”.⁴⁶ Não são, pois, questionadas as causas da heterogeneidade nem dos conflitos, admitindo-se ser possível resolvê-los graças aos laços comuns existentes. Objetiva-se assim o progresso, tendo, a exemplo do positivismo, a ordem como base e o amor como princípio.

O trabalho de Rios não discrepa radicalmente dos anteriores, mas deles se distingue pelo fato de conferir menor relevância a alguns elementos fundamentais do positivismo, como é o caso da família, e conceder maior ênfase a categorias centrais da teoria sistêmica.

Inspirada primordialmente em autores vinculados à Sociologia americana⁴⁷ a obra de Rios vai encontrar suas nascentes em uma concepção unitária do mundo cujas partes são interdependentes e só adquirem significação na medida em que se relacionam com a totalidade. A grande tônica desse trabalho é a noção de integração, com

45. VIEIRA, Balbina O. Op. cit. p. 7.

46. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Op. cit., p. 158.

47. GIDDINGS, Franklin; COYLE, Grace L.; GALPIN, Charles, J.; ALLPORT, Gordon; WILLIAM, J. M.; HAYES, Wayland J.; LINTON, Ralph; MAC IVER, R. M.; SMITH, T. Lynn; ZIMMERMAN, C. C. são alguns exemplos.

a qual Rios embasa seu conceito e sua tipologia de comunidade. Para ele existem três ordens de comunidades: a imatura, a integrada e a desintegrada. A comunidade integrada, seguindo os postulados funcionalistas, é apresentada como modelo ideal⁴⁸ onde “a cooperação é plena e total” e onde se registram características, tais como: alto grau de sociabilidade e civismo; sistemas avançados de agricultura e indústria; elevados padrões de vida e educação; grupo familiar forte; coexistência pacífica das religiões e das classes sociais, “não havendo distinção social entre o proprietário, o gerente e a mão de obra”; grande estabilidade social, contribuindo “para um mínimo de problemas sociais, crime, prostituição, miséria, êxodo”; “as agências de serviços sociais trabalham coordenada e eficientemente atalhando os focos de possíveis problemas e colaborando estreitamente com as autoridades na sua solução”; “a liderança se acha bastante disseminada, não monopolizada por grupos ou classes”;⁴⁹ a participação política é intensa; não há preconceito contra o trabalho manual; altos índices culturais artísticos e “a recreação sadia, o equilíbrio social e espiritual explicam a ausência de tensões, conflitos ou frustrações”.⁵⁰

Nesse modelo sente-se a presença do pensamento de Parsons, quando este afirma, por exemplo, que “os processos dentro do subsistema relevante da sociedade encontram-se em um estado de equilíbrio suficientemente *estável*, de forma que se pode supor que, dentro de um limite definido de variação em outros aspectos, essa estrutura, isto é, esse padrão de sistema é constante”.⁵¹

Na temática do discurso de Rios subjazem, e por vezes encontram-se manifestas, as características de equilíbrio e estabilidade; postula-se a integração como um “ideal que pretende realizar”;⁵²

48. Cf. principalmente PARSONS, Talcott. *The social system*. 3. ed. Glencoe: The Free Press, 1959; PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward A. *Hacia una teoría general de la acción*. 5. ed. Buenos Aires: Kapelusz, 1968.

49. RIOS, José Arthur. Op. cit., p. 148.

50. RIOS, José Arthur. Op. cit., p. 149.

51. PARSONS, Talcott. *The social system*. Op. cit., p. 483-4.

52. RIOS, José Arthur. Op. cit., p. 147.

afirma-se uma divisão social onde “não há preconceito contra o trabalho manual”, assim convindo, pois, segundo os funcionalistas, para que um sistema de ação exista e se mantenha, faz-se mister o suprimento de certas necessidades elementares, como é o caso da divisão social do trabalho; registra-se a socialização e o civismo, o fortalecimento do grupo familiar, a preservação de possíveis disfunções, a colaboração com as autoridades, a participação política traduzida em voto, em divisão partidária, em acesso a cargos públicos e, finalmente, em ausência de tensões e conflitos.

A obra desse autor insere-se numa política nacional desenvolvimentista cujo eixo nuclear é a modernização, com salvaguarda da paz social. “Preservar a paz social”, dizia Juscelino Kubitschek, “com a melhoria das condições de vida do trabalhador e o paralelo incremento da produtividade, foi objeto de constante empenho do governo, todas as vezes que se fez necessária a sua interferência nas reivindicações salariais”.⁵³ Deixei claro que o intuito básico do Programa de Metas era defender o nosso modo de viver contra a ofensiva de ideologias opostas a nossas crenças cristãs e a nossas instituições democráticas. [...] O problema do comunismo, sua expansão e articulação como movimento político internacional continua a ser preocupação constante do governo”.⁵⁴

O objetivo primordial proclamado por Rios para a educação comunitária é a solução coordenada dos seus problemas técnicos e humanos, a fim de que as relações entre grupos e indivíduos venham a realizar em plenitude os valores da paz social e do bem comum. Para que seja alcançado esse objetivo, Rios estabelece algumas estratégias, entre as quais figuram o controle social pelas instituições básicas da sociedade que fornecem as normas de conduta dos indivíduos, o combate a “ideologias indesejáveis” como o comunismo, e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças

53. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Mensagem, 1960. In: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 96.

54. Id. A marcha do amanhecer e Mensagem, 1957. In: CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil*: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 124 e 185, respectivamente.

locais.⁵⁵ As noções de controle social, normas, consenso, preservação e legitimação das pautas moralmente sancionadas, somadas e outras categorias presentes, em outras passagens refletem nitidamente o nexo de sua proposta com a teoria funcionalista que se expandia no Brasil como referendo à modernização do sistema de governo. Esse nexo se evidencia em todo o decorrer da obra; quer pela sofisticação do planejamento que pretende quantificar e mensurar a realidade social, mediante a aplicação de fluxogramas, gráficos e escalas⁵⁶ com o fim de traduzir padrões precisos de controle e eficiência; quer pela utilização dos conceitos de função e disfunção herdados de Merton;⁵⁷ quer, ainda, pelo caráter a-histórico, aclassista e acrítico de sua abordagem social.

No que tange à importância da participação conferida pelos autores, verifica-se que ela é frequentemente ressaltada. O setor de Serviço Social da Missão de Itaperuna tem como um de seus objetivos a “preparação psicológica do ambiente para que haja participação dos elementos do meio nas atividades que visem melhores condições de vida na comunidade”⁵⁸ e uma das técnicas de ação da Missão Rural é a “entrosagem da iniciativa oficial com a dos particulares na criação de novos recursos [...] para que o desenvolvimento da comunidade decorra da participação de todas as suas forças”.⁵⁹ Rios mostra a necessidade de “movimentar e estimular os grupos, incentivando e liberando a participação ativa dos seus membros, componentes do bem comum”⁶⁰ e afirma que “a educação social, como é hoje entendida, está centrada na motivação, no interesse e na participação”.⁶¹ Vieira, por sua vez, postula que um dos objetivos de sua obra é “permitir a participação ou a liderança no processo”⁶² de organização social da comunidade.

55. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 189-93.

56. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 141-2, 166, 183, 193.

57. Cf. MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 92-130.

58. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Op. cit., p. 188.

59. Id., p. 160.

60. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 9.

61. Id., p. 11.

62. VIEIRA, Balbina O. Op. cit., p. 6.

Esse reconhecimento da importância da participação não é, contudo, instrumentalizado em termos nacionais, e os autores apresentam pontos inequívocos de convergência ao limitarem suas propostas operacionais às fronteiras da localidade, do município e, no máximo, da região.

A participação se consubstancia pela contribuição que as autoridades locais e o povo dão aos técnicos, no estudo e no tratamento dos problemas da comunidade.⁶³ Focaliza-se a necessidade de “induzir a comunidade a escolher uma solução e a tomar as providências necessárias para sua execução”⁶⁴ pois, sem isso não se conseguirá interessá-la. Enfatiza-se que “se a execução é confiada aos próprios interessados não se tornam necessárias grandes somas de investimento”⁶⁵ e que “o plano será mais adequado se consultar mais de perto os desejos e aspirações da comunidade”.⁶⁶

Sem embargo, como frisamos anteriormente, o conceito de participação carrega uma conotação acrítica, apolítica e aclassista e toda sua dinâmica se move dentro dos horizontes apertados da pequena localidade. Em Itaperuna, mediante a atuação de equipe técnica multidisciplinar — agente da hegemonia — que, pautada em orientações da sociedade política e reproduzindo no coração do senso comum a ideologia das classes dominantes, promove a modernização do meio rural, sem questionar a estrutura agrária brasileira; camufla as relações de dominação vigentes no campo — e pretende que autoridades, fazendeiros, colonos e assalariados “se sintam reunidos em igualdade de condições”⁶⁷ — e encontrem a solução para os problemas locais;

63. Em 1969 a Cepal rechaça as propostas de participação postuladas pelo Desenvolvimento de Comunidade, por terem se limitado à “contribuição voluntária do povo a algum programa público, que se supõe contribuirá ao desenvolvimento nacional, sem cogitar, porém, que a população tome parte na elaboração do programa nem que critique seu conteúdo” (NAÇÕES UNIDAS. *El cambio social y la política de desarrollo social en la América Latina*. Nova York: s/e., 1969. p. 297).

64. VIEIRA, Balbina O. Op. cit., p. 21.

65. Id., p. 23.

66. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 164.

67. BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Op. cit., p. 171.

diagnostica as condições sociais do município, tratando apenas do seu índice de socialização, dos recursos vinculados à instrução, ao lazer e à religião e da estabilidade do grupo familiar, sem estabelecer qualquer articulação com a problemática estrutural brasileira.

A obra de Rios, ao apresentar sua proposta de educação social, ultrapassa por vezes o caráter apolítico do bem-estar e sugere que “a extensão do conceito de vida democrática a todas as camadas sociais depende da medida em que esse tipo novo de educação assegure a todos os indivíduos, seja qual for sua profissão social, o domínio das técnicas de expressão e controle da opinião sobre as quais repousa a democracia”.⁶⁸

“A preservação da democracia exige que os pequenos grupos, oficiais e extraoficiais, agências, clubes, instituições, comunidades, municípios, Estados e regiões, tomem cada vez mais, em suas mãos, a tarefa de planejar a solução de seus problemas básicos.”⁶⁹ Não obstante, os meios de intervenção que o autor lista para a solução desses problemas básicos são: a conversa; o grupo de estudo ou de trabalho; a apresentação oral e escrita; as organizações: família, escola, Igreja e os serviços governamentais; a comissão de melhoramentos; as cooperativas; os centros cívicos; as demonstrações e, finalmente, a avaliação do trabalho. Esses meios são colocados não como veículos de acesso a decisões macrossocietárias, mas, ao contrário, são encarados pelo autor como “focos de organização comunitária” numa dimensão dos problemas locais. De outra parte, não figuram entre seus meios de intervenção canais de participação que assegurem a democracia nacional por ele proposta, tais como o voto, o plebiscito, a representação política, a formulação das leis, enfim, as decisões e o planejamento atinentes às estruturas da sociedade global.

A proposta de participação de Vieira encontra-se vinculada às obras sociais e às fases da organização da comunidade. Inspirando-se na experiência de Itaperuna, ela postula que a população local deve

68. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 27.

69. Id., p. 165.

participar no estudo dos problemas e dos recursos locais, na elaboração, execução e interpretação de programas e projetos de melhoria de vida. A autora estabelece uma diferenciação entre planejamento comunal, planejamento urbanístico e a área de planejamento do assistente social. O primeiro diz respeito a aspectos políticos (administração, governo, arrecadação de impostos etc.); o segundo refere-se ao traçado da cidade, localização de praças, determinação de zonas industriais etc.

Para a fase de execução a autora indica formas distintas de abordagem, tais como movimento de Ação Social ou campanhas, promoção ou reforma de serviços existentes e coordenação de recursos.⁷⁰ As instituições de organização da comunidade podem ser grupos primários — como por exemplo, as associações de moradores e os centros sociais — ou grupos de representação, englobando os mais variados tipos de comissões, comitês e conselhos de indivíduos ou de obras sociais.

Vieira postula não só a participação direta da população, mas considera que a participação das obras sociais na organização da comunidade é função secundária das mesmas, complementando sua função principal de assistência e educação. Essa participação será efetivada pela relação com outras obras, adesão a movimentos sociais (congressos, seminários, campanhas) e pela realização de programas e atividades incluindo formação de líderes, discussão de assuntos que propiciem a formação da opinião pública e o preparo para as responsabilidades de cidadão.

Como vemos também nessa autora a concepção de participação reduz-se aos horizontes da pequena comunidade.

Concluindo, consideramos que a concepção da participação inferida nas três obras analisadas se traduz pela contribuição que as lideranças e o povo, diretamente, ou através de suas organizações, concedem aos técnicos no estudo dos problemas, na elaboração, execução e interpretação de programas de “melhoria de vida local”. Também

70. Rios, José Arthur. *Op. cit.*, p. 24-6.

aí, conforme previu Gramsci, os técnicos operam na qualidade de funcionários da superestrutura, contribuindo, neste caso, para que as classes subordinadas permaneçam à margem do processo decisório da sociedade global e que, mediante o acesso a decisões adjetivas locais tenham a ilusão de estarem de fato participando. Por esta via os intelectuais colaboram para o “consentimento espontâneo das grandes massas da população à direção impressa à vida social pelo grupo fundamental dominante”.⁷¹

1.3 Desenvolvimento de Comunidade no meio rural

Conforme vimos no item 1.1, o Desenvolvimento de Comunidade penetrou no Brasil em decorrência de movimento provocado por organizações internacionais e de uma política nacional — ambos interessados na expansão do sistema capitalista e na modernização do meio rural — sendo a bandeira da educação de adultos desfraldada como grande estratégia para tais propósitos.

A Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada no final dos anos 1940 e coordenada pelo Departamento Nacional de Educação do então Ministério de Educação e Saúde vinha pautado na ideia de solidariedade, conforme os pronunciamentos de seu dirigente Lourenço Filho: “devemos educar os adultos [...] para que o país possa ser mais coeso e mais solidário”.⁷²

Incitava-se, ainda, a defesa nacional e o combate às “ideologias nocivas” que poderiam envolver “as grandes massas, relegadas a um plano secundário de ignorância e estacionamento”.⁷³ A educação de adultos apresentava-se como resposta a esses “perigos”, devendo a CEAA desenvolver o que Paiva denomina de “ação extensiva” alfabetizadora de grandes contingentes, enquanto a Campanha Nacional

71. GRAMSCI, Antonio. *Cultura y literatura*. Op. cit., p. 35.

72. LOURENÇO FILHO, M. B. In: PAIVA, Vanilda P. Op. cit., p. 179.

73. Id., p. 182.

de Educação Rural (CNER), posteriormente criada, seria responsável pela “ação em profundidade”, através da capacitação profissional e da atuação junto às comunidades.⁷⁴ Essa divisão de campos não foi, contudo, rigorosamente seguida, sendo a segunda desmembrada da CEAA e posteriormente reincorporada ao Departamento Nacional de Educação, pelo Decreto n. 47.251.⁷⁵

Criada em 9 de maio de 1952, durante o segundo período Vargas, somente em 27 de março de 1956, no governo Kubitschek, a CNER é definitivamente regulamentada e passa a dispor de verbas próprias, pelos Decretos ns. 38.955 e 39.871, respectivamente. Reza o art. 1º do Decreto n. 38.955 que a CNER tem como finalidade “difundir a educação de base no meio rural brasileiro”, enquanto o art. 2º explicita o anterior: a CNER “destina-se a levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem”. O art. 3º detalha os objetivos e trata, na alínea *d*, da necessidade de “concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural por meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e trabalho”.⁷⁶

A filosofia da CNER inspira-se, pois, na crença de que a educação dos indivíduos é capaz de lhes propiciar “um nível de vida compatível com a dignidade humana”, posição que a caracteriza dentro do “otimismo pedagógico” definido por Paiva: preocupação com a qualidade da ação educativa, qualificação de professores e líderes rurais e abstração da realidade social como fator determinante da estrutura.⁷⁷

74. BRASIL. MEC. Serviço de Documentação. Órgãos do MEC e universidades. Histórico administrativo. *Ementário*, p. 29, 1977.

75. BRASIL. *Diário Oficial da União*, 17 nov. 1959, n. 262, p. 24113.

76. BRASIL. *Diário Oficial da União*, 27 mar. 1956, n. 73, p. 5841.

77. PAIVA, Vanilda P. Op. cit., p. 29-31.

A CNER escamoteia, assim, a questão rural, deslocando-a para o nível dos indivíduos e da comunidade local, em vez de abordá-la no contexto estrutural societário, onde residem as verdadeiras raízes da problemática. Deixa propositadamente intocável o problema da exploração da força de trabalho agrícola, fato plenamente explicável, pois, na qualidade de instrumento do Estado, comprometido com a ideologia da classe fundamental dominante, cabe à CNER a tarefa de preservar as estruturas e favorecer a consolidação do capitalismo no Brasil, pela via da modernização do meio rural. Assim é que os objetivos e as estratégias do órgão inserem-se plenamente em algumas metas da política “desenvolvimentista” do governo que lhe deu maior apoio: interiorização do desenvolvimento, por meio da “recuperação total do homem e das zonas rurais”, e associação ao capital estrangeiro, como é o caso, por exemplo, do entrosamento financeiro, técnico e ideológico estabelecido entre CNER-Ponto IV e CNER-CARE, ambos de procedência americana.⁷⁸

No plano operacional a CNER vale-se sobretudo das técnicas de centros sociais de comunidade, de treinamento e de missões rurais de educação, atendendo, quanto aos primeiros, aos apelos do Conselho Econômico e Social da ONU, que, em sua Resolução n. 390-D (XIII), recomenda a “utilização dos centros sociais locais como meios eficazes de promover o progresso econômico e social no mundo”.⁷⁹

Os centros comunitários não tiveram sua origem com a organização de comunidade. Conhecidos com as mais variadas denominações existiram desde os agrupamentos humanos mais primitivos. No

78. O Ponto IV do governo dos Estados Unidos, através da “United States Operation Mission Brazil” estabeleceu uma cooperação com organizações municipais, estaduais e federais que mantinham programas de desenvolvimento rural. Em 1956, foram treinados nos Estados Unidos seis técnicos da CNER, em cursos de doze meses sobre comunicação e técnicas audiovisuais. Além disso o Ponto IV criou e equipou centros regionais rurais audiovisuais vinculados aos programas da CNER. A colaboração da Care (Cooperativa Americana de Remessas para o Exterior dos EUA) se efetivou pela doação de equipamentos agrícolas, medicamentos, verbas e roupas (BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 34-5).

79. NAÇÕES UNIDAS. *El progreso social mediante el desarrollo de la comunidad*. Op. cit., p. 1.

México os centros comunitários foram largamente difundidos a partir de 1537, quando Vasco de Quiroga tornou-se bispo de Michoacán e determinou que os habitantes de cada *pueblo* deviam vincular-se a um centro comunitário. Funcionando em bases cooperativistas, o centro era o local onde os índios aprendiam um ofício e recebiam orientação técnica em agricultura.⁸⁰

Já em nosso século, a Organização e o Desenvolvimento de Comunidade retomam as experiências vividas em várias partes do mundo e, sob a denominação de centro social, centro cívico, centro de comunidade ou ainda centro social de comunidade, passam a receber toda a atenção e estímulo por parte dos intelectuais dessas disciplinas.

Tal é a importância conferida aos centros que, em 9 de agosto de 1951, o Conselho Econômico e Social da ONU organiza uma comissão para estudar os objetivos, métodos e êxitos obtidos pelos mesmos, tanto nos países industrializados como nos “insuficientemente desenvolvidos”.

Nas áreas industrializadas são identificados:⁸¹

1º) Centros sociais de comunidade indicando um local para reuniões de grupos que organizam atividades culturais, educacionais e recreativas, bem como para a prestação de serviços especiais a velhos, mães, jovens, crianças etc. Havia bons exemplos desses centros na França, Austrália, Nova Zelândia e Itália.

2º) “Settlements” e centros de vizinhança, mais típicos de áreas urbanas, empenhando-se no fortalecimento dos laços familiares e comunitários, fomento das boas relações entre os distintos grupos da localidade e organização de programas para o bem-estar da mesma. Os *settlements* se desenvolveram principalmente na Alemanha, Áustria, França, Inglaterra e outros.

3º) Conselhos comunitários, organizados com representação de várias entidades locais, objetivando a coordenação de obras e caixas

80. SCANLON, David. Op. cit., p. 39.

81. NAÇÕES UNIDAS. Op. cit., p. 18-45.

comunitárias reunindo fundos para proporcionar serviços unificados de financiamento, recreação e assistência sanitária.

Os países “insuficientemente desenvolvidos” importam os modelos das áreas industrializadas, e a própria Comissão da ONU reconhece que eles não lograram sequer roçar os problemas fundamentais dessas áreas, vez que não visavam à introdução de mudanças econômicas e sociais, e careciam de objetivos e programas que se pudessem adaptar a novas necessidades.⁸²

Este foi um dos problemas dos centros sociais difundidos pela organização social no Brasil. Pautados primordialmente no primeiro tipo, postulavam as normas ditadas pelos centros dos países industrializados: a) desenvolver um programa amplo, baseado nas necessidades da comunidade; b) assegurar a participação da totalidade ou de uma maioria importante dos membros da comunidade, sem distinção de raça, religião e filiação política; c) constituir-se em uma organização democrática, obedecendo ao propósito de fomentar a solidariedade comunal, dispondo, para tal fim, de um local onde se possam reunir, em pé de igualdade, os residentes de um mesmo setor, para participar e atividades sociais, recreativas e educativas.⁸³

Conferia-se, assim, ao centro social poderes mágicos, graças aos quais seria possível igualizar todos os habitantes de uma localidade, sem distinção de classes, credos ou raças. O centro social transformar-se-ia em “caso do povo”, onde seria “possível um intercâmbio entre pessoas de diferentes níveis sociais”,⁸⁴ “unidade polivalente capaz de oferecer a uma localidade todo tipo de assistência e de serviço”.⁸⁵

Desde a década de 1940 inúmeros centros proliferavam no Brasil principalmente sob a orientação da Igreja Católica e do Serviço Social, mas sua institucionalização e respaldo oficial se deveram à CNER.

82. NAÇÕES UNIDAS. Op. cit., p. 24-5.

83. Id., p. 20.

84. HILLMAN, Arthur. *Organização da comunidade e planejamento*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. p. 130.

85. Rios, José Arthur. Op. cit., p. 268.

Segundo os planos daquele órgão, o trabalho das missões rurais se consolidaria através de criação de centros sociais, que objetivariam a “centrifugação das energias da comunidade”.⁸⁶ Desde o momento de sua instalação deveria ser este o primeiro pensamento da equipe de Missão Rural: “guiar a comunidade para que ela queira e aprenda a se organizar em torno de motivações que ela própria irá sugerindo”.⁸⁷ Essa organização se consolidaria no centro social de comunidade.

Em 1956 já a CNER criara e orientava 45 centros sociais em sete Estados da federação, incidindo sua grande concentração no Rio Grande do Norte, sob orientação do Serviço de Assistência Rural, com dezesseis, e na Bahia, com catorze centros. A programação desenvolvida pelos mesmos era bastante similar: organização de grupos (principalmente de mães, jovens e crianças); cursos de corte e costura, bordado, cozinha, enfermagem; alfabetização de adultos; introdução de novas técnicas agrícolas e organização de hortas e pomares; construção de obras, tais como estradas, pontes, esgotos, escolas, igrejas, praças etc.

Alfabetizando as populações rurais, modernizando a agricultura, criando pequenas obras de infraestrutura urbana, sem ônus para os cofres públicos, ofereciam os centros sociais sua parcela de contribuição a uma política de governo interessada em expandir o sistema capitalista no Brasil.

As missões rurais de educação inspiram-se nas missões culturais mexicanas, as quais fazem parte do acervo histórico do Desenvolvimento de Comunidade, como exemplo de equipes técnicas autóctones preparadas para a atuação em projetos rurais de melhoria local, vinculados à educação.

Após a revolução armada de 1920 iniciou-se a revolução educacional do México, sob a liderança de José de Vasconcelos. O início do trabalho foi marcado pela preparação de professores (*misioneros*) que

86. CONCEIÇÃO, Diamantina C. Centros sociais de comunidade. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 139-43, 1956.

87. Id., p. 140.

deveriam visitar os centros indígenas rurais da República, apresentar estudos comunitários das necessidades da área, estimular a alfabetização, desenvolver indústrias locais, prestar orientação agrícola aos indígenas, em suma, “encorajar as populações e mostrar-lhes a maneira de melhorar suas condições econômicas e sanitárias”.⁸⁸ Não havia qualquer suporte financeiro para a implementação do trabalho, salvo a remuneração dos *misioneros*. Pelo método de autoajuda o povo deveria construir e equipar a “casa do povo”. Em face do reduzido número dos *misioneros*, e pelo fato de que um único técnico era incapaz de atender à gama de necessidades das populações, as missões culturais passaram a ter caráter móvel e novos especialistas lhes foram incorporados: educadores, enfermeiros, técnicos agrícolas etc.

As missões rurais de educação no Brasil foram pautadas sobre a experiência das Missões do México. Iniciadas em 1951 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério de Agricultura, após a experiência de Itaperuna, elas se caracterizaram, em um primeiro momento, pelo seu caráter de mobilidade. Equipes interdisciplinares constituídas por agrônomo, médico, assistente social, agente de economia doméstica, percorriam as cidades do interior, reunindo agricultores (sobretudo proprietários de terra) donas de casa e jovens, ministrando-lhes ensinamentos sobre higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais etc. Contando com aparelhagem de cinema e serviço de autofalante, as missões rurais conseguiam às vezes reunir centenas de expectadores para a projeção de filmes “educativos”.⁸⁹ A equipe passava 2 a 5 dias em cada cidade, estimulando a organização de grupos e sugerindo que, sob a liderança local, os mesmos se reunissem para o desenvolvimento de atividades educativas, estudo e solução de problemas locais, a partir das “necessidades sentidas”. Ocorria, contudo, que meses mais tarde, ao retornar àquela cidade, a Equipe de Missão Rural constatava que os grupos

88. SCANLON, David. Op. cit., p. 51.

89. Sendo filmes preparados em outro universo cultural, não era compreendida a mensagem educativa a que se propunham. Os debates que os seguiam, via de regra, decepcionavam as equipes técnicas.

se haviam esfacelado e todo seu trabalho de mobilização deveria recomeçar. Cedo, portanto, os técnicos verificaram a ineficácia do trabalho de caráter “volante”, optando, então, a CNER, pelas missões rurais fixas em uma área mais restrita. Em 1952 já a CNER firmava convênios com diversas entidades públicas e privadas para a instalação de equipes de missão rural em vários Estados do Brasil.

Nascidas num momento histórico brasileiro de otimismo pedagógico, as missões rurais partiam da convicção de que na educação de base encontrava-se a solução para o problema da marginalidade social e para o “atraso cultural” de nossas populações campesinas. Essas populações eram consideradas o setor “disfuncional” do sistema e necessitavam ser a ele integradas para salvaguardar a harmonia e o equilíbrio da sociedade. Tais postulados encontram-se claramente expressos no discurso do então ministro da Educação sobre o homem do campo: “Falta-lhe tudo para enfrentar a natureza hostil e ascender a um padrão de vida humana condigna. Não sabe nada além da rotina secular de cultivar a terra. [...] Analfabeto, não tem acesso às conquistas da ciência e da técnica, até as mais rudimentares. [...] Sem educação, sem assistência e sem crédito, vegeta à margem da civilização, privado de seus benefícios. Economicamente, nada representa, ou antes, é fator negativo. Sanitariamente, é um perigo coletivo, pois tende a fixar e propagar os focos endêmicos. Politicamente, não podendo incorporar-se à República democrática, como cidadão consciente, torna-se motivo de enfraquecimento do regime e fácil presa da agitação demagógica. Para que o Brasil venha a ser o país forte e próspero com que sonhamos, é indispensável incorporar à estrutura econômica, social e política da nação, essa massa considerável da população que ora vive abandonada nos campos, sem recursos e sem esperanças”.⁹⁰

Se, portanto, pretendia-se naquela ocasião “avançar cinquenta anos em cinco” e integrar setores marginais “à estrutura econômica,

90. BRASIL. MEC. Educação Rural. Discurso pronunciado pelo ministro Clovis Salgado Filho, em Rosário, Minas Gerais em 13/1/1957. *Revista da CNER*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, p. 122-8, 1958.

social e política da nação” para que o Brasil viesse a ser “o país forte e próspero com que sonhamos”, a educação de base apresentava-se como estratégia de importância capital...

A educação não poderia ter cunho paternalístico, mas visava a preparar as comunidades para sua “autodeterminação”, devendo as missões rurais permanecer na área até que as populações se mostrassem aptas a assumir sua “recuperação socioeconômica”. Isso exigia a formação dos técnicos da CNER em uma educação de base inspirada nos princípios democráticos e humanísticos, cujas técnicas de trabalho primordiais eram a educação dos grupos, a organização e o desenvolvimento de comunidades. Nessa formação desempenharam grande influência a experiência de Itaperuna e a obra de Rios, analisadas no item anterior deste trabalho.

As equipes técnicas eram preparadas nos Estados Unidos ou diretamente pela CNER em cursos de educação de base que visavam não só a treiná-las na metodologia do trabalho comunitário, mas também a “formar uma unidade de pensamento e de ação entre os membros da grande família CNER, irmanados pelo mesmo ideal de recuperação total do homem e das zonas rurais do Brasil”.⁹¹ Inculcava-se nos técnicos da CNER uma mística de fraternidade que perdurou mesmo após sua extinção, em 1963. Essa ideologia, aliada ao “otimismo pedagógico”, foi a grande responsável pela interiorização de técnicos nos mais isolados vilarejos, onde as condições de vida apresentavam-se ainda extremamente precárias. As áreas de atuação das missões eram selecionadas, levando-se em conta o apoio do poder local ao programa: o prefeito e o vigário representavam esteios importantes para a missão.

O trabalho preliminar de qualquer equipe constituía-se em pesquisa de campo que, via de regra, se iniciava com o levantamento de problemas e interesses da classe dominante local: prefeito, vigário, juiz, médico, vereadores, professores estaduais e municipais etc.! O “bias” estava dado desde o primeiro momento, pois tais “lideranças”

91. BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, v. 3, n. 3, p. 20.

imprimiam aos problemas e interesses sua ideologia de classe dominante, dando consciente ou inconscientemente à pesquisa a direção que mais lhes conviesse.

Vem-nos agora à mente exemplo oferecido por Vieira, que, embora não se refira diretamente às missões rurais, demonstra as distorções a que pode chegar uma pesquisa. Trata-se de um levantamento realizado pelo Sesc que recebeu tanto “apoio” dos empregadores, que eles “reuniram seus empregados para com eles preencher os questionários”.⁹²

Esta era uma postura típica nas missões rurais. Olvidavam-se as distinções e os antagonismos das classes e reuniam-se latifundiários, pequenos proprietários, meeiros, posseiros, arrendatários e diaristas a fim de discutir os “problemas da comunidade”, as “necessidades sentidas” e planejar alternativas de solução para os mesmos. Posto que somente em 1963 tenha sido oficialmente extinta, a partir de 1959 registra-se pouco a pouco o declínio da CNER.

A avaliação das missões rurais no Brasil demonstrou que a educação de base e os métodos de organização e desenvolvimento de comunidade não eram suficientes para “incorporar à estrutura econômica, social e política da nação, essa massa considerável da população” que vivia no campo. Muito menos, encontravam-se esses instrumentos aptos para provocar a pretendida mudança social, que não se pode efetivar por ações isoladas, tais como a educação, a organização ou o desenvolvimento de comunidade, mas que se constitui em um processo de transformação profunda das estruturas e do modo de produção do país.

De resto, o Estado objetivava primordialmente a modernização do sistema e, à CNER, enquanto aparelho do Estado, não interessava a contestação nem a verdadeira mudança das estruturas políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira. Sua operacionalização de participação representa, portanto, a absorção dos conceitos propostos nos trabalhos teóricos analisados no item 1.2. Ou seja, confi-

92. VIEIRA, Balbina O. Op. cit., p. 19.

gura-se na contribuição que as lideranças (reproduzindo a ideologia dominante) e o povo (no seio do qual se procura amaciar os conflitos de classe) dão aos técnicos na solução de problemas residuais da comunidade.

Posto que evocando sempre o benefício das classes populares, nós, intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade, seja no campo teórico, seja na prática realizada durante o período, não revelamos aquela unidade orgânica⁹³ postulada por Gramsci, como alicerce para a construção de uma vontade nacional popular. Ao contrário, reproduzimos a ideologia das classes dirigentes interessadas em remover os obstáculos à expansão do modo de produção capitalista e em engordar a exploração da força de trabalho agrícola, pelo aumento de sua produtividade, pela modernização de suas técnicas, e pelo acirramento da denominação por parte dos detentores dos meios de produção. De resto, ao deslocar a questão agrária para o âmbito dos indivíduos — sua mentalidade, analfabetismo, doença, enfim, seu “atraso” cultural e tecnológico — vai o Desenvolvimento de Comunidade embargando a reflexão e a ação da classe trabalhadora rural sobre as estruturas geradoras de sua dominação enquanto força de trabalho e dissimulando a virulência de um modo de produção que a transforma em simples mercadoria.

93. GRAMSCI assume que alguém se pode tornar intelectual orgânico do proletariado:

a) por assimilação e conquista ideológica, quando um intelectual burguês adere ao programa do proletariado e à sua doutrina, baseia-se nela, participa da sua essência e torna-se parte integrante dele;

b) quando surge diretamente da massa;

c) quando parte da visão de mundo das massas, libertando-a de todos os entraves, conferindo-lhe uma certa homogeneidade e uma certa coerência, para elaborar, com a massa, uma clara e precisa consciência de si mesma e de seu dever (cf. MACCIOCCHI. Op. cit., p. 194).